

## **Parecer Técnico**

### **Memorial da Escravidão no Pará**

Dra. Marley Antonia Silva da Silva  
Dr. Paulo Alves de Melo  
Dr. Francivaldo Alves Nunes

**Belém-PA**  
**22 de Abril de 2024**

## Sumário

Belém: Cidade Morena?.....	3
Belém: lugares de silêncio e memórias sensíveis ligadas a escravidão .....	9
Alfândega.....	15
Pelourinho.....	16
Vindos de Guiné e Angola.....	20
Belém: ruas negras, cidade diversa nos séculos XVIII e XIX .....	25
As vivências e as experiências de escravos no espaço urbano de Belém.....	28
Memória e Reparação .....	34

## Índice de ilustrações

Figura 1 Planta da Cidade do Pará .....	4
Figura 2 Belém: Cidade Morena?.....	5
Figura 3 Belém: lugares de silêncio e memórias sensíveis ligadas a escravidão .....	10
Figura 4 Alfândega.....	12
Figura 5 Pelourinho.....	17
Figura 6 Vindos de Guiné e Angola.....	18
Figura 7 Belém: ruas negras, cidade diversa nos séculos XVIII e XIX.....	19
Figura 8 As vivências e as experiências de escravos no espaço urbano de Belém .....	21

## Índice de tabelas

Tabela 1 - Escravos sexo masculino com a indicação de nação no Testamento do casal D. Inocêncio Rosa de Oliveira .....	23
Tabela 2 - População de Belém (1777-1797).....	26

## **Belém: Cidade Morena?**

A cidade de Belém, capital do Estado do Pará, é comumente descrita como cidade morena. Esse “morena” pode nos remeter a uma identidade étnico-racial difusa. Todavia, os dados atuais da composição étnico-racial, pode colaborar para deixar mais nítido, as características de cor/raça da população da cidade de Belém e do Estado do Pará. Considerando a última contagem (2022) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Belém possui os seguintes dados referentes à cor/raça: cerca de 61,8% (806 103 pessoas) dos belenenses são pardos, 11,5% (149 395 pessoas) são pretos. Portanto, segundo o IBGE a população negra<sup>1</sup> de Belém é 73,3% dos habitantes da cidade. Entre os residentes da cidade vivem ainda 26,3% (342 476 pessoas) que são brancas, e 0,3% (3 298 pessoas) são amarelos. A capital paraense abriga também 2 125 pessoas que se declararam como indígenas (0,16% da população) e 1 361 pessoas (0,10% da população) autodeclaradas quilombolas.

No Estado a população que se declarou negra somam 79,7% do conjunto de pessoas residentes no Pará. Esses dados do presente, que indicam uma maioria expressiva da população negra, se conectam com o passado. Não qualquer momento do tempo pretérito, mas, a época em que a sociedade, do território que hoje chamamos Pará, teve seu momento de formatação/conformação social: o período colonial<sup>2</sup>. Segundo Renata Araújo<sup>3</sup> (1998, p.83), “Belém no século XVII desenvolveu um processo não aleatório, mas norteado se não por um plano formal preestabelecido, certamente por uma ideia de urbano nitidamente concebido”. A parte urbanizada da Belém colonial, notadamente no século XVIII, período que a parte urbana de Belém fora de fato configurada, era composta pelas freguesias da Sé e Campina. De acordo com Antônio Ladislau Monteiro Baena<sup>4</sup> (2004, p.184), as duas freguesias durante o século XVIII somavam 1.953 casas, distribuídas entre 35 ruas.

A primeira rua de Belém fora denominada Rua do Norte (atual Siqueira Mendes). As duas freguesias eram separadas pela travessa de São Mateus (atual Padre Eutíquio), ao lado do largo da Pólvora, estava à freguesia da Campina; do lado oposto, a freguesia da Sé que se estendia até ao que atualmente é conhecido como cidade velha e as ilhas vizinhas<sup>5</sup> (ACEVEDO, 1987, p.58). O alagado do Piri era um inundado, que

---

<sup>1</sup> Segundo a classificação do IBGE, aqueles que se declaram pretos e pardos, formam a população negra.

<sup>2</sup> Agradecemos ao Dr. Benedito Carlos Costa Barbosa, pelos documentos e bibliografia indicados, bem como pela constante e valiosa interlocução. Ao Dr Rafael Ivan Chambouleyron pelas indicações bibliográficas e profícua interlocução. A Dr<sup>a</sup> Edilza Joana Oliveira Fontes que além da interlocução, indicou quais aspectos esse parecer deveria focar, os agradecimentos se estendem a Dr<sup>a</sup> Maria Albenize Farias Malcher pelas trocas fecundas.

<sup>3</sup> ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII*. Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP, 1998.

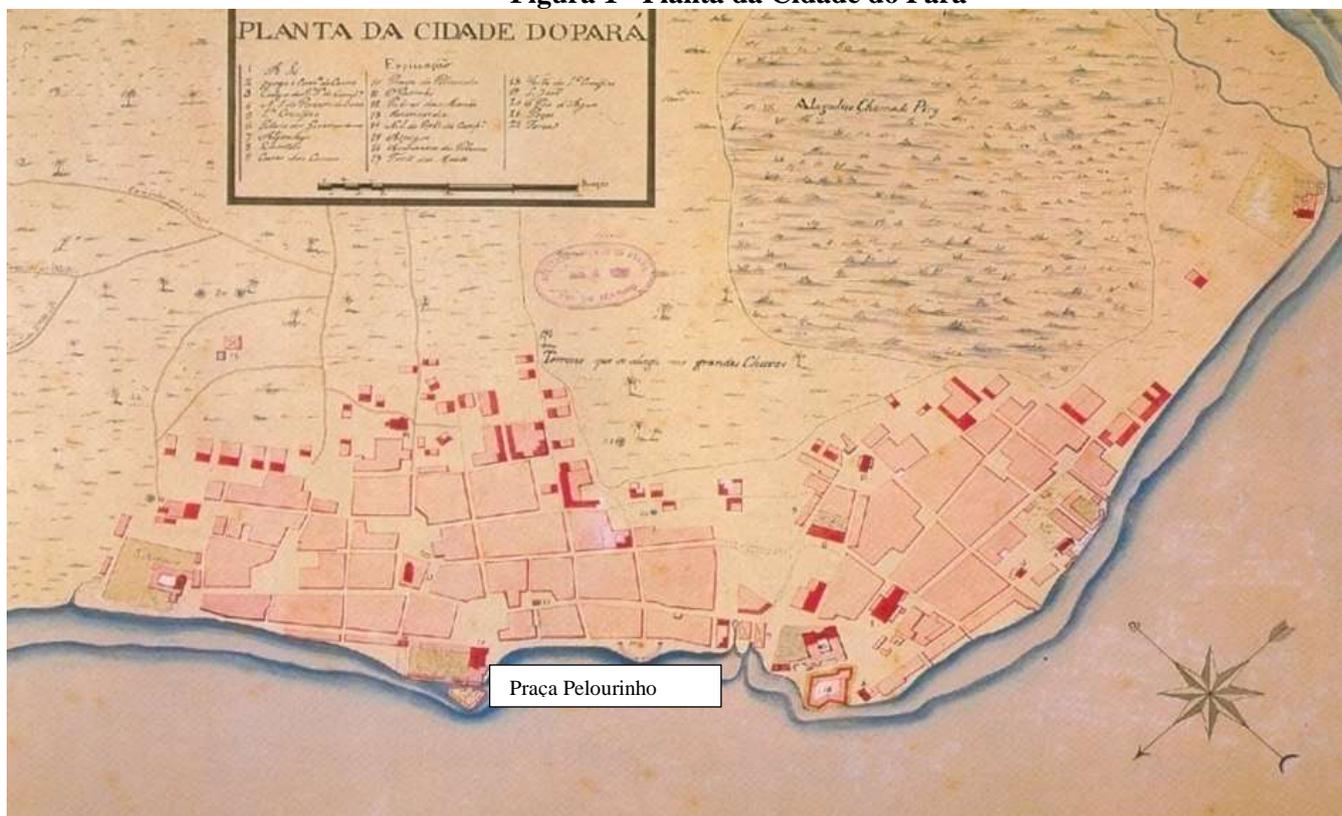
<sup>4</sup> BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004: 184. (Edições do Senado Federal, v. 30).

<sup>5</sup> ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. *Trabalho Escravo e trabalho feminino no Pará*. In: Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPa, n12, abr/jun.1987.

impedia a dilatação do espaço urbano colonial que era habitado em Belém. Segundo Guimarães<sup>6</sup> (2006, p. 56), em 1803, as obras de drenagem do Piri foram iniciadas e findas cerca de um século depois.

Espacialmente a cidade não sofreu mudanças bruscas até o final do século XVIII. As edificações mais proeminentes no período eram a 1) A Igreja da Sé; 2) A igreja e o convento do Carmo; 3) Colégio dos Jesuítas; 4) A Igreja de Nossa Senhora do Rosário da cidade; 5) Santo Crucifixo; 6) Palácio dos governadores; 7) Alfândega; 8) Quartéis; 9) Casa das canoas; 10) Praça do Pelourinho; 11) O Pacinho; 12) Padres das Mercês; 13) Misericórdia; 14) Nossa Senhora do Rosário da Companhia; 15) Açougue; 16) Armazéns de Pólvora; 17) Forte das Mercês; 18) Forte do Santo Crucifixo; 19) São João; 20) O pão d'água; 21) Poços; 22) Forcas, são as construções evidenciadas no mapa de 1771, de autoria do engenheiro militar Gaspar de Gronsfeld, que fornece uma representação da configuração espacial da área urbana de Belém.

**Figura 1 - Planta da Cidade do Pará**



Autor: Gaspar João Geraldo de Gronsfeld. (Fonte: GUIMARÃES, 2006:34).

Dentre as edificações da cidade que aparecem em destaque no mapa acima de 1771 e também na imagem/mapa abaixo que é de 1773, está a praça do Pelourinho. Local que foi suplantado ao longo do tempo e das consequentes modificações urbanas e arquitetônicas da cidade. Todavia, é relevante destacar que o Pelourinho, não

<sup>6</sup> GUIMARÃES, Luiz Antônio Valente. *As Casas & as Coisas.": um estudo sobre vida material e domesticidade nas moradias de Belém-1800-1850*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, Belém. 2006

raramente foi/é perpetuado na memória dos brasileiros como o local exclusivamente de castigo de corpos negros. Quando, era na verdade um espaço público, nesse caso, uma praça. Essa memória do Pelourinho, como o local da violência pública dos corpos submetidos a escravização no Brasil, perdura e pode ser explicada, dentre outros fatores, pela reprodução dessas imagens de brutalidade, que de forma reiterada são reproduzidas em ambientes escolares, mas, também nos espaços midiáticos. Dentre as imagens reiteradamente evocadas que expressam agressão aos corpos negros, está a imagem do artista francês Jean-Baptiste Debret, com sua pintura o Açoite Público. É importante destacar, que de fato a violência e tortura sobre corpos negros, fora uma constante no período escravista, todavia, a experiência e existência dessas pessoas incluíam também outras dimensões, ligadas a arte, a cura, ao comércio, a produção de alimentos e tais pessoas circulavam em diferentes espaços da cidade. A presença da população negra em Belém, definitivamente, não se encerrava no Pelourinho.

Figura 2 - Mapa da Cidade de Belém de 1773



Imagem: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, 1999. Mapa da Cidade de Belém de 1773, segundo o projeto idealizado pelo engenheiro militar Gaspar Gerardo de Gronsfeld.

Nas duas imagens que são da segunda metade do século XVIII, estão destacadas uma praça que já não existe, que possuía um formato de semicírculo, que avançava em direção ao rio. Era a praça do

Pelourinho; local que expressava o poder e a justiça lusitana e onde ocorriam castigos públicos, notadamente de escravizados africanos. É sobremaneira relevante destacar, que a cidade de Belém, da primeira metade do século XVIII, contava com expressivo número de trabalhadores oriundos de diferentes povos indígenas e tais populações indígenas, em muitos momentos se articularam com a população afro diáspórica, bem como dividiram espaços e atividades laborais. Essa Belém colonial, em suas ruas, bem como em suas atividades econômicas, culturais, sociais, de saúde, gastronômicas, contou com a presença massiva de africanos e seus descendentes, que chegaram de maneira continuada, através do comércio transatlântico de escravizados, fazendo com que a existência expressiva na cidade de Belém e no Estado, tenha sido significativa, no passado, assim como no presente.

A presença de africanos e africanas nas Américas ocorreu em função da diáspora africana, que encontrou no tráfico transatlântico de escravizados, um processo reiterado de fornecimento de trabalhadores em condição de escravidão entre os séculos XVI a XIX. A escravização - de povos indígenas e de povos africanos - marcou o território da América Portuguesa e posteriormente o Império do Brasil. Todavia, a existência africana em Belém, foi em algum momento, eclipsado pela historiografia, como destacou Anaíza Vergolino<sup>7</sup> (1990, p.31), mas, essa situação vem sendo modificada paulatinamente, graças à produção de diversas pesquisas e reflexões sobre essa parcela da população na história, notadamente no Grão Pará Colonial<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> VERGOLINO-HENRY, Anaíza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica*. Belém: Arquivo público do estado do Pará, 1990.

<sup>8</sup> Confira alguns desses trabalhos: CARTILHA DO CEDENPA. *Raça Negra: A luta pela liberdade*. Belém, 1988. FUNES, Eurípides. *Nasci nas matas, nunca tive senhor. História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas*. São Paulo: USP, 1995, Tese de Doutorado. GOMES, Flávio dos Santos. *A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX)*. Campinas- SP, 1997. LAHON, Didier. *Eles vão, eles vêm. Escravos e libertos negros entre Lisboa e o Grão-Pará e Maranhão (séc. XVII-XIX)*. *Revista Estudos Amazônicos*. vol. VI, nº 1 (2011), pp. 70-99. BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão Negra no Pará (séculos XVII-XIX)*, 2º ed. Belém: Paka Tatu, 2012. BARBOSA, Benedito Carlos Costa. *Em outras margens do Atlântico: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Grão-Pará (1707-1750)*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil (2009). CHAMBOULEYRON, Rafael. *Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o estado do Maranhão e Pará (séculos XVII e início do XVIII)*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 26, nº 52, 79-114 (2006). p. 92. CHAMBOULEYRON, Rafael. *Suspiros por um escravo de Angola. Discursos sobre a mão-de-obra africana na Amazônia seiscentista*. Belém: *Humânitas*, vol.20, nº 1/2 (2004), pp. 105-106. CHAMBOULEYRON, Rafael. *O “Senhor Absoluto dos Sertões”. O “Capitão Preto” José Lopes, a Amazônia e o Cabo Verde*. *Boletín Americanista*, Año LVIII, nº58, Barcelona, 2008, pp. 33 – 49. MELLO, Marcia Eliane. *Contribuição para uma demografia do Estado do Grão Pará e Maranhão, 1774– 1821*. *Anais de História de Além-Mar XVI* (2015): 227–253. ISSN 0874-9671, p.236 BARBOSA, Benedito Carlos Costa. *O comércio de africanos e o flagelo das bexigas na Amazônia Colonial (1707-1750)*. In T. S. Pimenta & F. Gomes. *Escravidão, Doenças e práticas de cura no Brasil* (2016) Rio de Janeiro: Outras Letras, (pp. 36-62). SILVA, Marley Antonia Silva da & BARBOSA, Benedito Carlos Costa. *A “cidade enegrecida”: escravizados na Belém do Grão-Pará colonial*. *Revista de Estudios Brasileños*, Volumen 7, Número 14 (2020), pp. 109-122. SILVA, Marley Silva. *Mariana quer ser livre: tráfico de escravizados e nação em Belém (1700-1750)*. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 10-26, ago. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/960>>. Acesso em: 19 jul. 2021. PALHA, Bárbara da Fonseca. *Escravidão negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. SANTOS, Diego Pereira. *Entre Costas Brasileiras: o tráfico interno de escravos em direitura a Amazônia, c. 1778 - c. 1830*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil, 2013. PALHA, Bárbara da

Sobre o tráfico transatlântico de escravizados/as africanos/as, atividade que permitiu conectar as margens do Atlântico, e que fora extremamente rentável e trouxe para Belém do Pará, milhares de homens, mulheres e crianças, oriundas do continente africano. E essa presença do passado, não deve ser silenciada ou esquecida no presente. O trânsito de pessoas transmutadas em mercadoria humana, entre a costa africana e o norte da América Portuguesa, pode ser dividido basicamente em três momentos. O primeiro vai das últimas décadas do século XVII até a primeira metade do século XVIII (1620 até 1755) quando ocorreu a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (CGGPM) empresa que estabeleceu o monopólio no comércio para a região e que tinha como objetivo principal a inserção de mão-de-obra africana.

No segundo momento temos os anos de 1756 a 1777 que foram propriamente os de ação da empresa monopolista, onde houve notável incremento do tráfico e quando de fato ocorreu a regularização do mesmo para a porção norte da América Portuguesa. A criação da CGGPM fez parte de um conjunto de medidas implantadas por Sebastião José de Carvalho e Melo (o Marquês de Pombal), Secretário de Estado do Reino, que foi responsável, ainda, pelo reordenamento administrativo dos domínios do império português (1750-1777), o fim da escravidão indígena, a retirada do poder temporal dos missionários sobre os aldeamentos e a expulsão dos jesuítas<sup>9</sup>.

A CGGPM possuía o monopólio no tráfico e comercialização de escravos africanos no Grão-Pará e Maranhão<sup>10</sup>. Para Manuel Nunes Dias<sup>11</sup> essa era, inclusive, sua principal razão de existência.

O tráfico de escravos seria encarado pela empresa pombalina como negócio vital, porquanto, suposta a liberdade dos índios, seriam os negros africanos que cultivariam os

---

Fonseca. *Escravidão de origem africana em Belém: um estudo sobre demografia, mestiçagem, trabalho e liberdade (c. 1750 - c. 1850)* Tese Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. *A cidade de Camilo: escravidão urbana em Belém do Grão-Pará (1871-1888)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. LOBO, Marcelo Ferreira. No mar e na terra: manumissão de escravos e vivências de liberdade (1796-1803). In: BEZERRA NETO, José Maia; LOBO, Marcelo Ferreira; LAURINDO JÚNIOR, Luiz Carlos (Orgs.). *Escravidão e Liberdade no Brasil Setentrional*. Ananindeua, PA: Cabana, 2022.

<sup>9</sup> ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O diretório dos índios: um projeto de “civilização” dos Índios do século XVIII*. Brasília: editora da UnB, 1997. SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: EDUA, 2012. DOMINGUÊS, Ângela. *Quando os índios eram vassalos*. Lisboa: CNCDP, 2000.

<sup>10</sup> Confira trabalhos recentes sobre a Companhia de Comércio: MATOS, Frederik Luiz Andrade de. *O Comércio das “Drogas Do Sertão” sob o monopólio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. 2019. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. SILVA, Marley. A. S. da, & JACINTO, Cristiane. P. S. (2022). *Trabalhando nos mares: marinheiras e marinheiros africanos nos navios da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão*. *Revista Maracanan*, (29), 16–30. <https://doi.org/10.12957/revmar.2022.63228>; VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. *Imigração Compulsória Africana para a Capitania do Grão-Pará, 1756-1778*. In: CANCELA, Cristina Donza; CASTRO, Lara de (orgs). *Nortes migrantes: deslocamentos, trajetórias e ocupação na Amazônia brasileira* /. — Brasília: Senado Federal, 2023.p.15-41; SOUZA JUNIOR, José Alves de. *“Negros da Terra e/ou Negros da Guiné”: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão – comércio, trabalho, tráfico, escravidão e resistência na Amazônia Colonial*. Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará para obtenção de progressão funcional para Professor Titular. Belém, Pará, 2013.

<sup>11</sup> DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e Mercantilismo: A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1775-1778)*. Belém, UFPA, vol. 1, 1970.

gêneros tropicais que os navios da sociedade mercantil haviam de transportar de S. Luís e de Belém para Lisboa (DIAS, 1970, p. 459).

Com o fim do exclusivo comercial, exercido pela empresa mercantil, começa então o terceiro período que se estende de 1778 com o retorno a iniciativa particular até 1846 o último ano que a Base de Dados do Comércio Transatlântico de Escravos indica o desembarque de africanos.<sup>12</sup>

A cidade de Belém do Pará, fundada no século XVII, ainda hoje, guarda nas ruas do centro histórico muitos prédios antigos de estilo religioso e militar, que caracterizam a arquitetura colonial, construídos notavelmente pela mão de obra escravizada. A escravidão foi amplamente utilizada na Amazônia colonial. Inicialmente, os colonizadores subjugarão os distintos povos indígenas, muitos retirados de maneira forçada das aldeias; depois se concentraram sobre os africanos, sobretudo na segunda parte do século XVIII, com a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (CGCGPM), que regularizou o comércio negreiro para a região amazônica.

Sabemos ainda que entre os séculos XVI e XIX mais de 11 milhões de africanos foram trazidos para as Américas, sendo que destes, cerca de 4 milhões desembarcaram nos portos do Brasil (FLORENTINO, 1997, p. 23),<sup>13</sup> de modo que nenhuma outra região americana esteve tão ligada a África por meio do tráfico. O Estado do Pará, não esteve fora do comércio transatlântico de escravizados africanos. Aqui também, desembarcaram milhares de cativos, a maioria homens, mas, circulavam mulheres, algumas delas mães escravizadas, bem como crianças.

Havia a partir da segunda metade do século XVIII, presença de uma extensa população de origem africana em Belém do Pará, momento no qual, a sociedade, bem como a cidade de Belém, estavam se conformando. É verdade que a população de Belém do Grão Pará, cidade ao norte da América Portuguesa, onde a sociedade, assim como no restante da América lusa, possuía, entre seus habitantes e trabalhadores uma ampla população africana, oriunda de diversos povos africanos; indígenas pertencentes a povos distintos, além de mestiços e portugueses. Uma sociedade etnicamente multifacetada, onde indígenas, mulatos, mamelucos, cafuz, pardos, brancos são apontados fartamente na documentação da época. Todavia, é preciso destacar que no fim do século XVIII, a cidade vai ficando “enegrecida”, uma vez que cresce sensivelmente a população originária de África na cidade.

---

<sup>12</sup> A Base de Dados do Comércio Transatlântico de Escravos (<https://www.slavevoyages.org/>), é um arquivo digital mundial sobre o comércio transatlântico de escravizados e organiza os dados de cada viagem que são numeradas, esse arquivo indica na viagem de número 5043, o ano de 1846, como sendo o último onde ocorreu o desembarque direto entre a África e a Amazônia Colonial, neste caso o desembarque se realizou no porto de São Luiz.

<sup>13</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

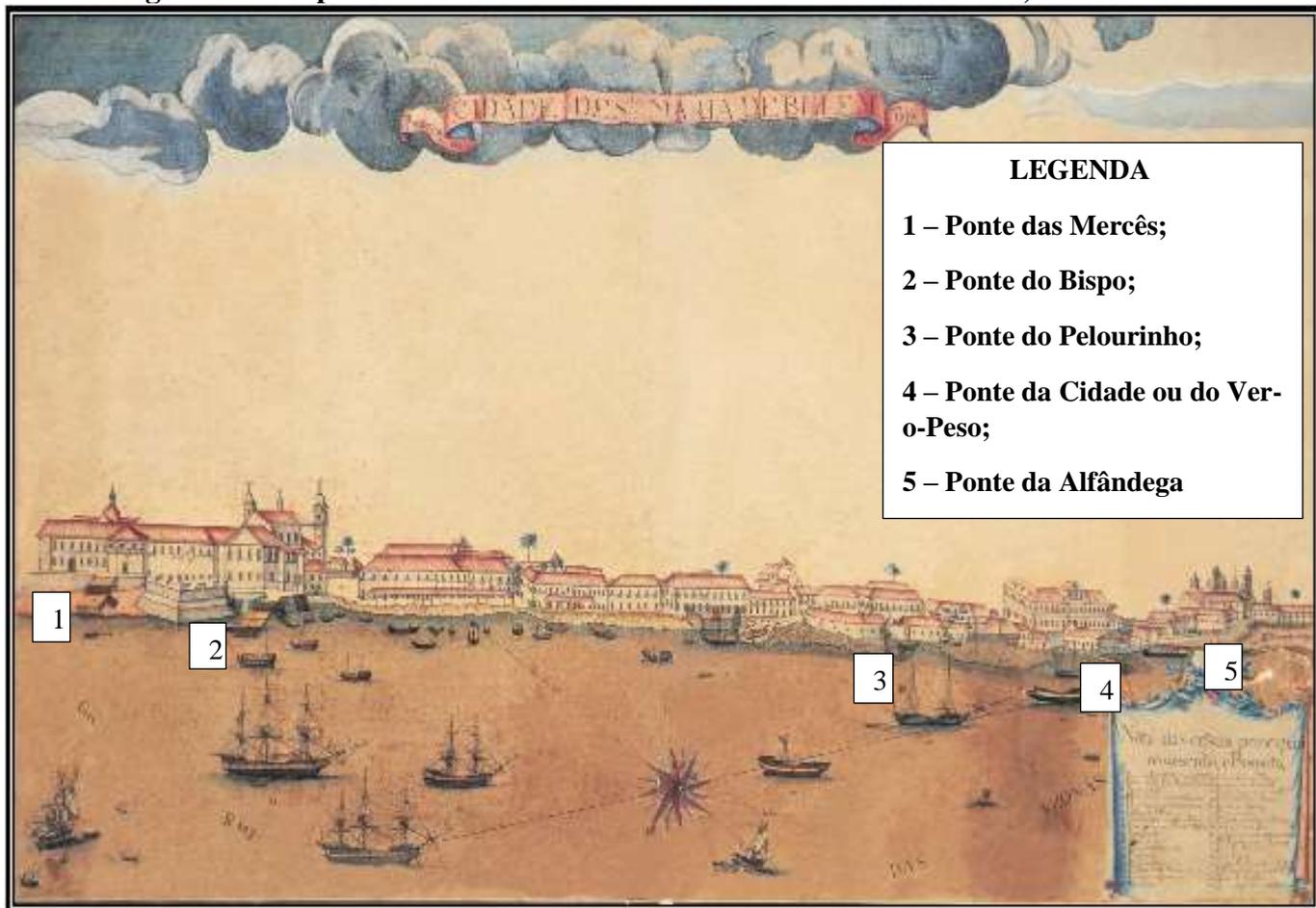
## **Belém: lugares de silêncio e memórias sensíveis ligadas a escravidão**

A presença, o transitar, as atividades das pessoas africanas e/ou afro descendentes marcaram as ruas e também a arquitetura da cidade durante o período que trabalhadores chegavam via tráfico de escravizados africanos, assim como durante todo o período escravista e no pós abolição. Todavia, há silêncios, invisibilidades e, por conseguinte, uma espécie de “apagamento” da memória afro na cidade Belém, no que tange aos lugares públicos/coletivos de memória. Se certamente a história da diáspora, bem como das pessoas negras, não se resume ao processo de escravidão, é necessário lembrar também a escravização, garantir o direito a memória e reparação. Não é possível pensar a História Moderna, desconsiderando a escravização ocorrida ao longo do Atlântico; processo do qual Belém, bem como o Estado do Pará, como sabemos, indubitavelmente fez parte.

As memórias relativas à escravidão remetem a um processo sensível, a escravização gerou traumas coletivos. É importante efetivar políticas públicas, para dirimir essas memórias de dor, mas, elas de certo, não podem e não devem ser esquecidas e/ou silenciadas, assim, como não devem ser as únicas memórias acionadas da população afro brasileira. Contudo, no que se refere ao espaço urbano, Belém teve lugares intimamente ligados ao processo de escravização são eles: os antigos prédios da Alfândega, a praça/o largo/rua do Pelourinho e o Ver-o-Peso. Em termos espaciais, considerando desde o processo de desembarque, que acontecia na orla, em pontos diferentes, pois, no Ver-o-Peso, não havia mais ou menos até 1840, um porto. A descida das pessoas escravizadas ocorria em diferentes ancoradouros, valas de embarque, trapiches, tabuados e pontes.

Os navios negreiros possuíam tamanhos, capacidade de carga e formatos diferentes, que poderiam ser: sumacas, bergantins, chalupas, curvetas, galeras. Esses navios, dependendo de sua capacidade de carga, bem como do regime das marés, dentre outros aspectos, poderiam realizar seus desembarques em pontes diferentes, a pontes das Mercês (1) atrás do Convento dos Mercedários, ponte do Bispo (2) ao lado da Fortaleza de São Pedro Nolasco, ponte do Pelourinho (3) saindo do Pelourinho e entrando na Baía, ponte do Ver-o-Peso ou da Cidade (4), uma extensa ponte na saída do canal do Piri e a ponte da Alfândega (5), como é possível notar na imagem que segue.

**Figura 3 - Prospecto da cidade de St.<sup>a</sup> Maria de Belém do Grão-Pará, século XVIII**



\* O manuscrito original encontra-se disponível no Serviço Geográfico do Exército, Rio de Janeiro. **Fonte:** Reis Filho (1999). **Autor:** Ignácio Antonio da Silva (século XVIII).

A longa travessia do Atlântico não terminava quando os escravizados oriundos do interior da África desembarcaram de navios fétidos. Desciam no Ver o Peso<sup>14</sup> com uma tabuleta no pescoço, em que constava o preço de cada um; saídos das embarcações seriam examinados e vendidos. O desembarque de africanos em condição de escravidão estava inserido num processo de controle, pois, era necessário ter fiscalização das pessoas que chegavam, seja pela necessidade de pagar impostos na chegada, registrar a quantidade de trabalhadores africanos cativos trazidos; ou mesmo lidar com questões ligadas a saúde e conseguinte contaminação em função das epidemias e doenças implicadas nesse negócio atlântico, onde gente era mercadoria.

Sair de navios negreiros após uma longa, cansativa e potencialmente mortífera viagem, muitas vezes poderia ocorrer em lugares diferentes, pois, o desembarque ocorria na área portuária de Belém daquela época, notadamente na maior parte da orla, na parte urbanizada da Belém colonial. A Alfândega foi um

<sup>14</sup> DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e Mercantilismo: A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1775-1778)*. Belém, UFPA, vol. 1, 1970. p.461

espaço central para entender o comércio, principalmente o comércio de gente escravizada. Todavia, a Alfândega modificou-se ao longo do século XVIII.

Também os cuidados de saúde destinados aos escravizados africanos quando chegados ao Pará, alcançavam espaços ainda mais amplos, para dar conta das particularidades desse comércio. Havia, por exemplo, lugares destinados aos cuidados relativos às doenças, que acometiam aqueles que ocupavam os tumbeiros, como a ilha de Arapiranga<sup>15</sup> que fica no município de Barcarena, bem como a ilha da Tatuoca<sup>16</sup> que fica nas proximidades de Icoaraci.

Os navios possuíam péssimas condições sanitárias e a população identificava que eram justamente os tumbeiros os principais veículos difusores das bexigas, como bem evidenciou Arthur Vianna, “a força de verem que a varíola vinha sempre com os negros da África, que era aquela lúgubre corrente de desgraçados a portadora do mal, como um castigo aos seus algozes, olhou-se com mais cuidado para a carga dos navios negreiro”.<sup>17</sup>

Entretanto, não parava de chegar navios contaminados e a população não deixava de padecer com as moléstias trazidas pelas embarcações que traziam carga humana do continente africano, pois João Pereira Caldas, informa no ano de 1778 o Estado vivia “na ocorrência de hum cruel contágio de bexigas”.<sup>18</sup> Para impedir o contágio dos habitantes da capitania, o senado da câmara propôs a construção de um lazareto, “no qual indistintamente houvesse de fazer quarentena as embarcações de qualquer parte vindas, e que sua carga contenha escravatura a fim de se acautelarem no modo possível aquellas terríveis e prejudiciais consequências infelismemente já aqui experimentadas”.<sup>19</sup>

O lazareto foi construído na ilha de Arapiranga, entretanto sua eficiência foi limitada, pois houveram epidemias posteriores,<sup>20</sup> comerciantes de cativos africanos não perderiam a oportunidade de fazer negócios e para não comprometer seus rendimentos muitos traficantes não respeitavam a quarentena e traziam africanos contaminados para o porto de Belém.

No porto de Belém, os capitães de navios negreiros precisavam registrar os cativos na Alfândega e pagar os impostos por esses registros elaborados nas Alfândegas, é possível identificar pelos recibos a data de chegada, o número de escravizados chegados, os valores atribuídos a essas pessoas, o sexo, a faixa etária,

---

<sup>15</sup> BARBOSA, Benedito Carlos. *No tempo das bexigas: rastros de uma epidêmica moléstia no Grão-Pará colonial (1755-1819)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: s.n., 2019.

<sup>16</sup> MIRANDA, Aristoteles Guilliod de. *A medicina no Estado do Pará, Brasil: dos primórdios à Faculdade de Medicina*. *Rev Pan-Amaz Saude*, Ananindeua, v. 1, n. 3, p. 11-18, set. 2010. Disponível em <[http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-62232010000300002&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-62232010000300002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 15 abr. 2024. <http://dx.doi.org/10.5123/S2176-62232010000300002>.

<sup>17</sup> VIANNA, Arthur. *As epidemias no Pará*. 2ª edição. Belém/PA: UFPA, 1975, pp.36-37.

<sup>18</sup> OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], João Pereira Caldas, para o[secretário de estado da Marinha e Ultramar]. Pará, 11 de fevereiro de 1778. Pará, AHU (Avulsos), Cx.79, D. 6536.

<sup>19</sup> VERGOLINO-HENRY & FIGUEIREDO, *Ibid.*, p.183.

<sup>20</sup> BARBOSA, Benedito Costa. 2019, p. 73, 81, 86,107, 190.

o nome do navio, o proprietário, capitão, de qual porto africano veio. Todas essas informações precisavam ser registradas na Alfândega. Esses documentos eram elaborados para cada viagem de navio com escravizados, e também era feito para todas as viagens anualmente, como é possível notar no documento abaixo. Onde na primeira linha, temos a informação de uma das viagens negreiras, com destaque para o nome do navio que era a curveta Santana e Nossa Senhora do Bom Sucesso, o local de onde saiu, no caso Cacheu, o capitão, João do Espírito Santo que comerciou 21 crianças do sexo masculino, 120 homens adultos e 19 crianças, meninas e 62 mulheres adultas.

**Figura 4 - Listas de Entrada de Navios com Escravizados em 1779**

*Mappa dos Escravos, que se conduzi-  
rao para a Cidade do Pará no Anno de 1779*

Embarcações	Da onde vieram	Capitães	Qualidade e N.º dos Escravos				Total
			Do Sexo Masculino		Do Sexo Feminino		
			Meninos	Adultos	Meninos	Adultas	
<i>Curveta S.ª Anna e N.ª Sr. do Bom Sucesso</i>	<i>De Cacheu</i>	<i>João do Esp. S.ª</i>	21	120	19	62	222
<i>Sumaca N.ª Sr. da Conceição, e Almas</i>	<i>De Pernambuco</i>	<i>Domingos Fri.</i>		55		19	74
<i>Sumaca N.ª Sr. da Boa Ventura, e Gon.ª M.</i>	<i>da B.ª Maranh.</i>	<i>João An. do Tab.</i>		1		6	7
<i>Sumaca N.ª Sr. da Conceição, e Almas</i>	<i>De Parnaíba</i>	<i>Antonio da Costa</i>		9		6	15
			21	185	19	92	318

Fonte: AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 84, D. 6905.<sup>21</sup>

Após registro na Alfândega, esses escravizados poderiam ficar em Belém ou ir para outros lugares como Bragança, Cameté, Macapá, dentre vários outros destinos, incluindo as regiões do Oeste do Brasil, a exemplo de Mato Grosso e Goiás. O porto de Belém foi importante para o fornecimento de trabalhadores em condição de escravidão, para diversos espaços do Grão Pará e também para o interior do Brasil.

<sup>21</sup> MAPA dos escravos conduzidos para a cidade de Belém do Pará no ano de 1779, vindo de Cachéu, Pernambuco, Bahia, Maranhão e Parnaíba. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 84, D. 6905.

Como mencionado o porto de Belém era um dos locais de fornecimento de cativos para as capitanias do Oeste do Estado do Brasil<sup>22</sup>, Mato Grosso e Goiás<sup>23</sup>. Os trabalhadores que coletavam ouro em Mato Grosso (Vila Bela e Cuiabá)<sup>24</sup> e Goiás (Vila Boa de Goiás)<sup>25</sup> durante o século XVIII eram, em sua maioria, africanos escravizados. Localizadas no interior da América Portuguesa, a região precisava dos portos litorâneos para prover escravizados e mercadorias.

O trajeto desde o litoral africano até Belém costumava durar cerca de 45 a 90 dias (CARREIRA, 1969, p. 51)<sup>26</sup> quando vinham do norte do Atlântico, período que poderia se ampliar em função dos regimes dos ventos<sup>27</sup>, caso os navios fossem saídos de portos do sul do Atlântico e seguissem para Belém. Mas, após esse longo percurso por mar, as pessoas africanas escravizadas enfrentariam novamente longos caminhos líquidos, pois teriam que seguir pelo rio Madeira para chegar em Mato Grosso. Esse segmento da rota poderia durar um período mais longo do que o realizado por mar, pois, pelos caminhos fluviais do rio Madeira, era possível navegar até um ano, como indicou Nathália Rodrigues<sup>28</sup>:

Durante uma viagem do Grão-Pará até Vila Bela os inúmeros obstáculos que os comboieiros passaram durante o percurso acabavam por estender o tempo gasto nas viagens, que por vezes durava até um ano. As doenças, as intempéries da natureza, como as chuvas e as neblinas, os ataques de índios e as cachoeiras do Madeira eram motivos suficientes para atrasar a chegada de uma monção na Capitania de Mato Grosso (DOURADO, 2006, p.06).

Ainda sobre o percurso que escravizados faziam até Cuiabá e Mato Grosso, Bruno Rodrigues<sup>29</sup> destacou:

As minas do Cuiabá e Mato Grosso, localizadas no extremo oeste das possessões lusitanas, figuravam entre as numerosas possibilidades que estavam reservadas aos africanos recém-

<sup>22</sup> Para melhor entender a questão da produção aurífera na região ver: LEMES, Fernando L (coord.). *Para além das Gerais: Dinâmica dos povos e instituições na América portuguesa: Bahia, Goiás e Mato Grosso*. Goiânia, Ed. Da Puc, Goiás, 2015.

<sup>23</sup> Para melhor entender a economia aurífera em Goiás ver: PALACÍN, Luís. *O século do ouro em Goiás, 1722-1822: "estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*. Goiânia: UCG Editora, 1994.

<sup>24</sup> Para melhor entender a formação e configuração da capitania de Mato Grosso ver: ROSA, Carlos Alberto & JESUS, Nauk Maria de (Orgs.), *A Terra da Conquista: história de Mato Grosso colonial*, Cuiabá: 2003.

<sup>25</sup> Para melhor entender a formação e configuração da capitania de Goiás, ver: GOMES, Horieste e Neto, Antonio Teixeira. *Geografia Goiás- Tocantins*. Editora UFG, 1993, Goiânia.

<sup>26</sup> CARREIRA, Antonio. *As Companhias pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1969.

<sup>27</sup> Esta questão é vista com maior acuidade nos trabalhos de Alencastro ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos vivos. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. BARROSO, Reinaldo dos Santos. *Nas rotas do atlânticoequatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)*. Dissertação de Mestrado. Salvador /UFBA, 2009. p. 52-56.

<sup>28</sup> RODRIGUES, Nathália Maria Dorado. *A atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)*, 2006. Disponível em:

<http://snh2013.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Nathalia%20Maria%20Dorado%20Rodrigues.pdf>

<sup>29</sup> RODRIGUES, Bruno Pinheiro, *Homens de Ferro Mulheres de Pedra Resistências e Readaptações identitárias de africanos escravizados. Do hinterland de Benguela aos vales dos rios Paraguai-Guaporé e América espanhola - fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, 2015.

embarcados. Assim, iniciariam uma nova viagem, igualmente penosa e repleta de novos perigos, como o enfrentamento de ataques indígenas durante o caminho, o perecimento por doenças tropicais e a extensa jornada, que poderia ter a duração de meses, por qualquer das rotas. Em síntese, o próprio caminho seria mais um obstáculo a ser superado por estes homens e mulheres de ferro e pedra (RODRIGUES, 2015, p. 157).

Produtos como tecidos, drogas, perfumaria, utilidades domésticas, adornos, armamentos, munição e africanos escravizados, eram levados pelas monções do Pará ao Mato Grosso. E como já mencionado, eram viagens longas e penosas, principalmente para indígenas e africanos. Segundo Siméia Lopes (2013, p. 256)<sup>30</sup>:

A morte de alguns índios remeiros da equipagem era comum nas viagens que se seguiam entre a cidade de Belém e Vila Bela. Tanto que nos livros de Registro das Entradas de negociantes de Vila Bela, havia sempre a indicação de quantos índios haviam saído com a carga e quantos chegavam vivos em Vila Bela para que se fizesse a contabilidade do que deveria ser pago aos que conseguiram chegar ao seu porto de destino. Mesmo quando os indivíduos sobreviviam às viagens pelos rios e cachoeiras, ainda havia os que morriam ao chegarem às cidades de destino, ocasionados pelo desgaste físico ou pelas doenças epidêmicas que pegavam no trajeto.

As transações mercantis entre Pará e Mato Grosso (era proibida a navegação no Tocantins até 1782, por isso mercadorias e escravizados seguiam do Pará pelo rio Madeira até chegar a Mato Grosso e de lá eram levadas a Goiás) se intensificaram, com a ação da companhia na capitania de Mato Grosso. A organização necessária para realizar as transações comerciais rio Madeira acima, pode ser observado no trabalho de Nathália Rodrigues que trata de alguns aspectos de como operava a empresa Pombalina na capitania de Mato Grosso.

Muitos africanos escravizados seguiram pelas estradas líquidas, pelo rio Madeira e posteriormente pelo rio Tocantins. De acordo com Antonio Baena<sup>31</sup> (1969, p. 194) a maioria dos cativos trazidos pela empresa monopolista, haviam sido enviados às capitanias do Brasil Central. A mercancia de cativos com Mato Grosso durante o monopólio também foi mencionada por Vicente Salles (2005, p. 55)<sup>32</sup>. Cerca de um terço dos cativos que a Companhia trouxe ao Pará teria sido enviado (pelo rio Madeira-Mamoré ou Tapajós) ao Mato Grosso e de lá reenviados pela rota Vila Bela-Cuiabá- Vila Boa de Goiás.

A rota do rio Madeira, foi tema de estudo de David Michael Davidson (1970, p. 477-484)<sup>33</sup>, e o autor indicou as entradas e origens de africanos escravizados no Pará, bem como o comércio entre essas

---

<sup>30</sup> LOPES, Siméia de Nazaré. *As Rotas do Comércio do Grão-Pará: Negociantes e Relações Mercantis (c.1790-c.1830)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

<sup>31</sup> BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém: Ed. UFPA, 1969 (Coleção Amazônica – Série José Veríssimo).

<sup>32</sup> SALLES, Vicente. *O negro no Pará: sob o regime de escravidão*. 3ª edição. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

<sup>33</sup> DAVIDSON, David Michael. *River & Empire. The Madeira Route and the Incorporation of the Rilian Far West, 1737-1808*. Tese de Doutorado, Yale University, 1970, p.477-484.

regiões. Entretanto, os trabalhos que tratam sobre Pará e indicam que quantidade expressiva de africanos escravizados, teriam sido direcionados para o Oeste do Brasil, como Antonio Baena (1969, p. 194) e Vicente Salles (2005, p. 55), não apresentaram nenhuma documentação que permitisse acompanhar o fluxo de escravos entre Pará e Mato Grosso.

O Ver-o-Peso, foi um importante porto de recebimento de africanos escravizados. O mercado, foi instituído no século XVIII, era o local onde eram pagos os impostos dos gêneros trazidos para a sede das capitânicas. Meninos e meninas que mediam até cinco palmas custavam mais barato, com preço ainda menor que estes, somente os “pretos e pretas” velhas. Os mais caros, eram homens maiores de setes palmas e que a barba estivesse principiando no rosto; já as mulheres com preço mais elevado, eram aquelas maiores maiores de oito palmas e virgens. É o que demonstra a relação dos preços dos cativos vendidos no Porto de São Paulo de Assunção de Luanda, trazidos ao Grão-Pará em 1798.<sup>34</sup> Neste período, trazer escravizados da capital portuguesa no reino de Angola à Santa Maria de Belém do Grão-Pará era mais barato, pois havia legislação que eximia de impostos cativos trazidos de Luanda, Benguela, Ambriz ou Cabinda dentre outros portos da África e do Estado do Brasil.<sup>35</sup>

O tráfico era um negócio que obedecia a legalidade, havia um sistema transatlântico de organização desse comércio. Cada porto/local onde se comprava e vendia pessoas africanas em condição de escravidão, precisava registrar o negócio e isso era comumente feito nas Alfândegas. Em Belém, a Alfândega funcionou durante o período de vigência do tráfico em lugares diferentes, inicialmente no pátio do colégio dos jesuítas, na igreja de Santo Alexandre.

## **Alfândega**

A Alfândega e os registros documentais que nela foram gerados, são fundamentais para entender a diáspora africana notadamente nos séculos XVII-XIX, em Belém inicialmente a Alfândega funcionou na parte detrás do Colégio dos Jesuítas, (atual igreja de Santo Alexandre)<sup>36</sup>. Ocorria, por parte da administração a percepção de que havia necessidade de construir novo prédio de Alfândega e isso foi sinalizado em 1755

---

<sup>34</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Cod. 99- Correspondência Original dos Governadores do Pará com a corte. Cartas e Anexos. ANRJ, AN\_42, 97, vol,20, Doc 142

<sup>35</sup> SILVA, Marley Antonia Silva da. *A extinção da companhia de comércio e o tráfico de africanos para o Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1777-1815)*. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA), 2012, p.44.

<sup>36</sup> NEVES NETO, Raimundo Moreira das. *Um patrimônio em contendas: os bens jesuíticos e a magna questão dos dízimos no estado do Maranhão e Grão Pará (1650-1750)*. 2012. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2012. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

pelo provedor da Fazenda Real da capitania do Pará, Matias da Costa e Sousa.<sup>37</sup> Em 1756 foram realizadas obras naquilo que se pretendia nova Alfândega, as construções foram feitas no mesmo local da antiga e ensejou custos elevados. De Portugal, vieram ordens para suspender a nova construção o argumentou para parar as obras, foi que se tratava de obra excessivamente dispendiosa.<sup>38</sup> Todavia, o colégio de Santo Alexandre, deixou de ser o local onde funcionava a alfândega, pois, já no ano de 1794 ela passou a funcionar no convento dos Mercedários.<sup>39</sup>

O Convento dos Mercedários é um prédio histórico e um bem material, tombado pelo IPHAN, desde 1941. Faz parte do conjunto arquitetônico dos Mercedários em Belém, que inclui a igreja das Mercês. A presença dos religiosos Mercedários em Belém remonta os idos de 1640, quando da construção da primeira igreja de taipa dos Mercedários. Em fins do século XVIII os mercedários foram expulsos do Pará.<sup>40</sup> As propriedades e bens dos frades Mercedários, foram incorporados aos bens da Coroa Portuguesa. Dentre o patrimônio que pertencia aos mercedários e que foram adicionados a administração colonial estavam “375 escravos, terras e fazendas de gado”<sup>41</sup>. O prédio do convento, tornou se o prédio da Alfândega em 1794. Também o mesmo convento, posteriormente, sediou outros órgãos ligados a administração.

## Pelourinho

O Pelourinho, segundo Stuart B. Schwartz<sup>42</sup> era:

símbolo de justiça e autoridade real, ficava no coração da maioria das cidades portuguesas do século XVI. À sua sombra, autoridades civis liam proclamações e castigavam criminosos. Sua localização no centro da comunidade refletia a crença ibérica de que a administração da justiça era o mais importante atributo do governo (SCHWARTZ, 2011, p.27).

---

<sup>37</sup> 1755, Fevereiro, 28, Lisboa CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. José, sobre a carta do provedor da Fazenda Real da capitania do Pará, Matias da Costa e Sousa, quanto à necessidade do estabelecimento uma nova Alfândega na cidade de Belém do Pará. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 37, D. 3499.

<sup>38</sup> 1756, Julho, 2, [Lisboa] PROVISÃO (cópia) do rei D. José para o governador interino do Estado do Maranhão [e Pará], Bispo do Pará, [D. fr. Miguel de Bulhões e Sousa], sobre a construção de uma nova Alfândega na capitania do Pará. Anexo: provisão (cópia). AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 41, D. 3777.1756, Novembro, 3, Pará CARTA do [governador interino do Estado do Maranhão e Pará], Bispo do Pará, [D. fr. Miguel de Bulhões e Sousa], para o rei [D. José], sobre a conveniência da construção de uma nova alfândega na cidade de Belém do Pará, e respectivos armazéns para guardar os géneros e apetrechos retirados das fragatas ali aportadas.

<sup>39</sup> CRUZ, Ernesto Horácio da. As Igrejas de Belém. Sexto Congresso Eucarístico Nacional. Belém/Pa, 1953, p. 41.

<sup>40</sup> 1794, Março, 22, [Lisboa] OFÍCIO (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho] de Melo e Castro, para o Bispo do Pará, [D. Manuel de Almeida Carvalho], sobre a extinção do Convento e do Hospício dos Religiosos Mercenários da capitania do Pará e acerca das conezias e benefícios da Sé daquela cidade. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 104, D. 8210. 1794, Março, 24, [Lisboa] OFÍCIO (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], para o governador [e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho], sobre a extinção do Convento e Hospício dos Religiosos Mercenários da capitania do Pará, deixando á disposição do Bispo do Pará, [D. Manuel de Almeida Carvalho] as alfaias e mais ornamentos da Ordem. Anexo: carta. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 104, D. 8211.

<sup>41</sup> BARATA, M. Formação histórica do Pará. Belém: Editora da UFPA, 1973, p. 92-93.

<sup>42</sup> Schwartz, Stuart B. Burocracia e sociedade no Brasil colonial : o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751 / Stuart B. Schwartz ; tradução Berilo Vargas. — São Paulo : Companhia das Letras, 2011, p.27.

Dentre os símbolos de poder e da administração portuguesa, estava o Pelourinho, que podia ser um largo ou uma praça, onde em geral havia uma espécie de haste erigida. Em Belém, o Pelourinho se estabeleceu em lugares espacialmente diferentes. Sendo o Pelourinho um lugar simbólico da autoridade lusitana, precisava estar localizado em lugar central, em espaço privilegiado. Esse primeiro Pelourinho<sup>43</sup> já aparece no desenho com a representação mais antiga da cidade de Belém, elaborado pelos holandeses, provavelmente por volta de 1640.

**Figura 5: Desenho com a representação mais antiga da cidade de Belém 1640**



Fonte: REIS, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**, EDUSP, 2000.  
Tratamento e edição de imagem: Eduardo Iori Miranda.

O primeiro Pelourinho e Polé<sup>44</sup> de Belém ficava na praça da Sé, hoje a praça Dom Frei Caetano Brandão, ter o lugar de castigo e suplícios públicos nas proximidades das igrejas e no percurso das procissões, era algo que incomodava sobremaneira os religiosos da época<sup>45</sup>. A modificação do Pelourinho ocorreu, quando findo o governo de Mendonça Furtado (1751-1758) Belém estava acrescida da Praça do

<sup>43</sup> Registramos a gentil e precisa indicação da historiadora Dayseane Ferraz da Costa Pinto para inserção desse mapa no texto.

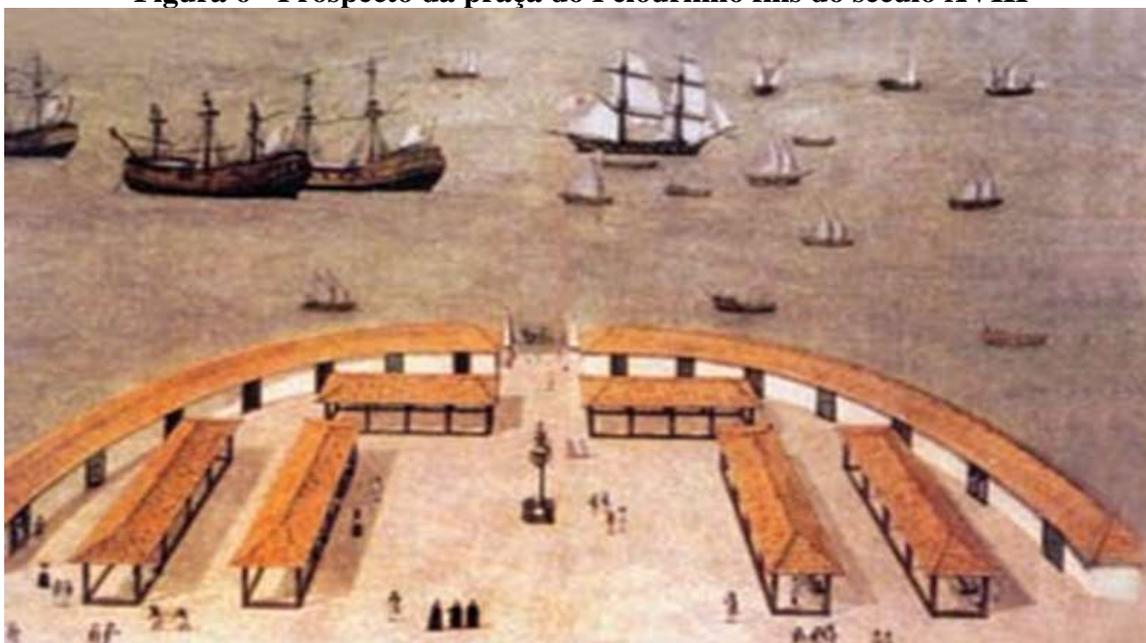
<sup>44</sup> ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII*. Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP, 1998. p.177, 202

<sup>45</sup> Idem, p. 207

Pelourinho.<sup>46</sup> Nessa antiga praça do Pelourinho, muitos escravizados de origem africana vivenciaram experiências traumáticas, seja de venda e/ou castigos. Como nos casos que seguem.

Generalda possuía três filhos, Vitória, Dionísio e Ignes, todos menores<sup>47</sup> Era uma mãe oriunda de África que fora escravizada, a mulher inclusive já se achava “adiantada em anos”; ela e os parentes viviam em Belém do Pará. Todavia, mudanças ocorreram naquele 24 de janeiro de 1795. A família de Generalda vivia situação particularmente difícil, pois, seriam leiloados em praça pública. O representante dos filhos do antigo e finado senhor, tentavam vender Generalda e suas três crianças. Em 25 janeiro de 1795 a família de Generalda foi colocada para ser vendida na praça do Pelourinho. Foi nesta praça, hoje inexistente, que Bento Faria Galvão, colocou para vender dois sobrados localizados na rua da praça do Pelourinho e juntamente com os imóveis e no mesmo local, Generalda seria vendida com seus filhos<sup>48</sup>.

**Figura 6 - Prospecto da praça do Pelourinho fins do século XVIII**



Prospecto da Praça do Pelourinho mandado fazer pelo gov. e cap. general D. Francisco de Sousa Coutinho (MALCHER, 2004, p.210). Belém. Fim do século XVIII.

Na antiga rua da Praia (atual 15 de Novembro) no largo do Pelourinho, ficava localizada a casa, de onde fugiu uma escravizada, chamada Domingas, que era uma preta retinta, baixa, rosto redondo, corpulenta e tinha por volta de 20 anos; era da nação Angola, vestia uma saia de linho preto e uma camisa de riscado xadrez. A jovem cativa fugira do largo do Pelourinho, local que sofreu modificações e que já

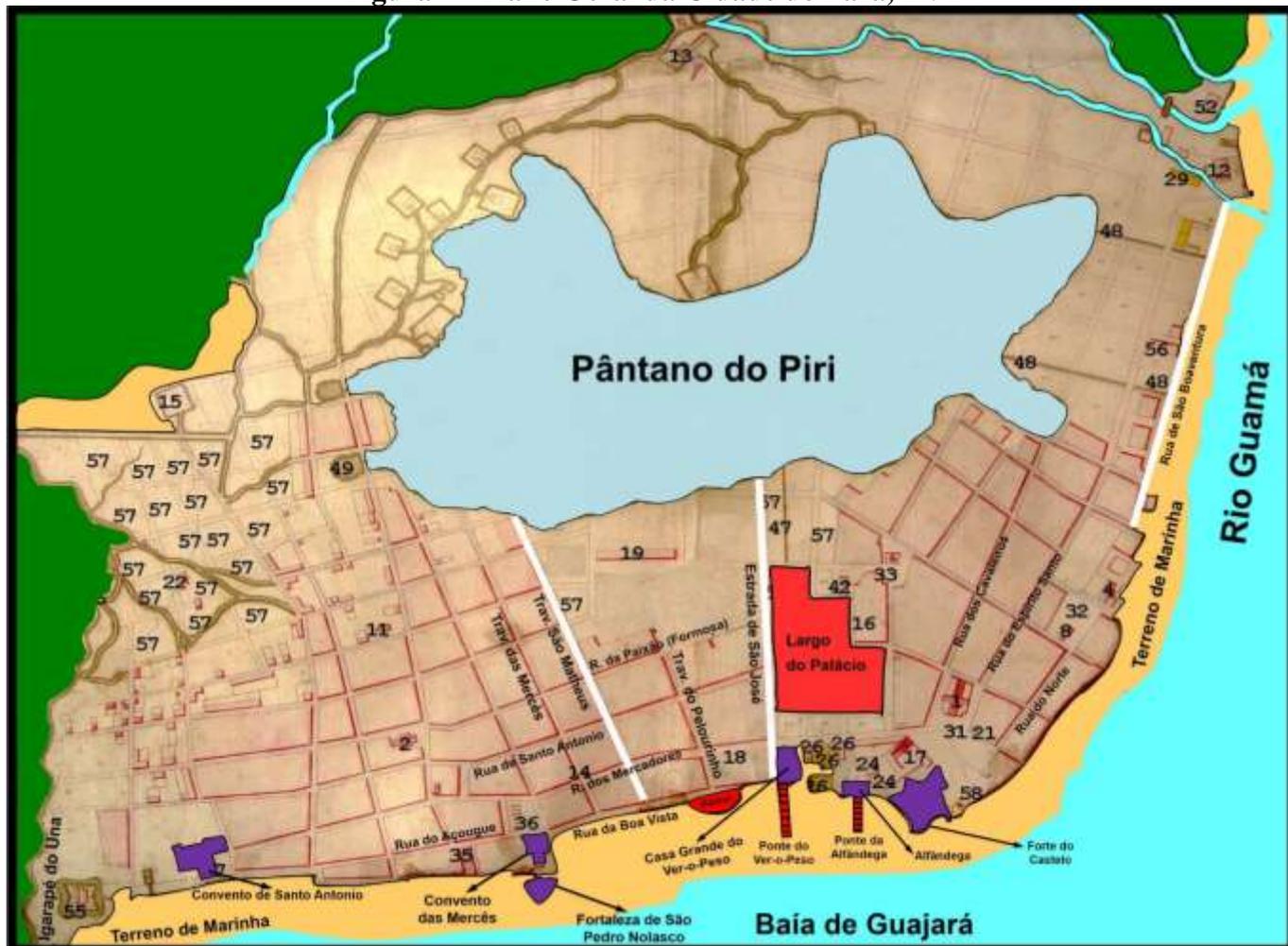
<sup>46</sup> Idem, p. 214

<sup>47</sup> [Ant. 1795, Setembro, 15] REQUERIMENTO da mulher preta da cidade do Pará, Gerenalda, escrava do falecido capitão Manuel Domingos de Cerqueira, para a rainha [D. Maria I], solicitando que o presente requerimento seja anexado ao já instruído em que solicita a liberdade para si e para seus filhos. Anexo: requerimentos. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 106, D. 8367.

<sup>48</sup> 1797, Março, 10, Pará CARTA do [governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro], D. Francisco [Maurício] de Sousa Coutinho, para a rainha [D. Maria I], sobre o requerimento da escrava Generalda, solicitando para poder comprar sua liberdade. Anexo: ofício e portaria. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 108, D. 8551.

não existe, como nos idos de 2 de abril de 1845, dia em que o jornal Treze de Maio anuncia a fuga de Domingas.<sup>49</sup> Também, nesse mesmo ano e Jornal, aparece um anúncio de aluguel de um sobrado de dois andares na Travessa do Pelourinho, que é a atual rua 7 de Setembro.<sup>50</sup>

**Figura 7 - Plano Geral da Cidade do Pará, 1791**



**Fonte:** Reis Filho (1999). Colorido graficamente, por (SALES, 2017, p.88)<sup>51</sup>, mantendo os padrões de localização e dimensões. Descrição das ruas introduzidas por (SALES, 2017, p.88). **Autor:** Planta desenhada pelo Engenheiro Theodósio Constantino de Chermont, 1791.

Na praça do Pelourinho em Belém, em 23 de Março de 1823<sup>52</sup>, haviam pessoas que haviam sidos capturados nos Mocambos, estavam sendo destinados a punição, que inclusive levou a morte de alguns;

<sup>49</sup> Jornal Treze de Maio, 02 de abril de 1845, Hemeroteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700002&pesq=Pelourinho&pagfis=76>

<sup>50</sup> PENTEADO, Antônio Rocha. Belém: estudo de geografia urbana. Vol I. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968. p. 106 -107.

<sup>51</sup> SALES, Mabilia Aline Freitas. *Negócios e negociantes lusitanos: O comércio dos portugueses em Belém dos meados do oitocentos*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. 2017, 372.

<sup>52</sup> Arquivo Público do Pará (APEP), código 754 (atual), 775 (antigo), 1823-1824, Correspondência das Juntas com Diversos.

estando mortos, ainda foram destinados a castigos, diz o documento que “que mande suspender um posto na praça do Pelourinho de um dos pretos mortos no mocambo, o qual se acha na cadeia da cidade”. Nesse documento, a praça do Pelourinho aparece como um local de castigo público. Provavelmente, uma tentativa da “ensinar” para a população de então, qual tipo de punição, poderia receber um escravizado/a que fugisse e formasse mocambo.

### **Vindos de Guiné e Angola**

Isabel e Bernardo eram um casal de africanos escravizados que viviam no Grão-Pará. A família era composta ainda por seus cinco filhos: Raimundo, Paulo, Maria do Carmo, António e Severina.<sup>53</sup> Foram longos os percursos que este casal percorreu até se encontrar e constituir família. Estão registrados nos idos de 1810, na ocasião em que estavam sendo vendidos. Isabel tinha 56 anos; Bernardo, o documento não permite saber a idade. Se crianças, jovens ou já adultos, não é possível saber em que momento de suas vidas saíram da África, mas vieram de lugares em que língua, vegetação, clima, religião, eram extremamente distintos. Ela era da nação mandiga e, provavelmente, saiu de algum porto da Alta Guiné e viera do Atlântico Norte. Ele era da nação Benguela, saiu, certamente, do porto de mesmo nome apontado no documento, como sendo sua nação, portanto, ao sul do Atlântico.

O comércio de pessoas escravizadas entre África e o Porto de Belém do Grão-Pará (1777-1841) é o objeto sobre o qual se deteve este trabalho. E a família de Isabel e Bernardo sintetizam a história de milhares de pessoas arrancadas da África, comercializadas e destinadas ao Grão-Pará. Um negócio rentável e que cresceu ao longo do século XVIII. Uma das características do comércio de “almas” no porto de Belém, foi a origem das pessoas cativas, pois eram oriundas dos extremos do continente africano, de portos localizados ao norte e sul do Atlântico.

A princípio foram estabelecidas conexões com a Guiné, mais precisamente, com a Alta Guiné, região onde os portugueses primeiro desenvolveram suas experiências com o tráfico de escravizados. Posteriormente, este comércio estabeleceu laços densos com Angola, no Atlântico Sul, região que mais forneceu escravizados ao Brasil. Desses lugares foram arrancados e trazidos ao Grão-Pará, Isabel e Bernardo.

---

<sup>53</sup> Lista nominal de 80 escravos, suas idades, “nação” ocupação, defeitos físicos e valor (em mil reis) por que foram vendidos pela Companhia, no Pará, a 10 de Setembro de 1810. In: CARREIRA, Antonio. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão vol, 2, p.149, 1988.

Ana era uma escravizada da nação papel. No Grão-Pará, ela se uniu a Cristovão, com quem teve os filhos, Valeriano e Honorata, que lhes deram os netos Justa e António.<sup>54</sup> O casal de africanos escravizados Manuel da Costa e Francisca, ambos, tinham sessenta e seis anos e viviam no Grão-Pará. Eram oriundos de Benguela e juntos tiveram dois filhos, Manuel e Joana.<sup>55</sup> Essas famílias de africanos são representativas das principais rotas que forneciam trabalhadores africanos no porto de Belém. O mapa abaixo indica as regiões da África com as quais o Pará esteve ligado.

**Figura 8 - Portos e regiões da África que comercializavam com Pará**



HAWTHORNE, Walter. 2010, p.XIX<sup>56</sup>

<sup>54</sup> Lista nominal de 80 escravos, suas idades, “nação” ocupação, defeitos físicos e valor (em mil reis) por que foram vendidos pela Companhia, no Pará, a 10 de Setembro de 1810. In: CARREIRA, Antonio. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão vol, 2, p.150, 1988.

<sup>55</sup> Lista nominal de 80 escravos, suas idades, “nação” ocupação, defeitos físicos e valor (em mil reis) por que foram vendidos pela Companhia, no Pará, a 10 de Setembro de 1810. In: CARREIRA, Antonio. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão vol, 2, p.150, 1988.

<sup>56</sup> HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil: Culture, Identity, and an Atlantic Slave Trade, 1600-1830*. New York: Cambridge University Press, 2010.

O Ver o Peso, foi um dentre os muitos portos providos por mancípios vindos do reino de Angola. Os portos de Luanda e Benguela, na África centro Ocidental, que compreendiam a rota de Angola, eram responsáveis pelo fornecimento expressivo de africanos escravizados para a América.<sup>57</sup>

Segundo Philip Curtin, no século XVIII, dos 1.685.200 escravizados adentrados no Brasil, cerca de 1.134.600 eram oriundos de Angola e 550.600 da Costa da Mina. Os principais portos que eram abastecidos pelo tráfico angolano: Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Sendo que Pernambuco, Maranhão e Pará recebiam 20% do tráfico de escravos de Angola no fim do século XVIII e começo do XIX.<sup>58</sup> Algumas situações internas, a exemplo do crescimento da agricultura, criaram demanda crescente para escravizados africanos no Pará.

Os escravizados africanos chegados no porto de Belém, como já mencionado, desde o século XVII vieram de Cacheu e Bissau – houve uma longa ligação via tráfico entre as duas regiões. Entretanto, no período de 1777 a 1841, aumenta o número de cativos adentrados no Pará, procedente do comércio com Angola.<sup>59</sup> Os portos de Benguela e Luanda, na África centro Ocidental, que compreendiam a rota de Angola, eram responsáveis pelo fornecimento expressivo de africanos escravizados para a América.<sup>60</sup>

O escravizado Mateus,<sup>61</sup> vivia em Belém e desempenhava funções diversas; pertencia à nação Bijagó, tinha apenas 11 anos. Ana Francisca,<sup>62</sup> era mandiga, tinha 25 anos, escravizada, também vivia no Pará. Ambos eram africanos de primeira geração. Foram aprisionados em suas comunidades e trazidos até o porto de Bissau ou Cacheu de onde seguiram para o porto de Santa Maria de Belém do Grão-Pará. Provavelmente foram comercializados na primeira década do século XIX. Essa relação entre o norte da América Portuguesa e o norte da África, perdurou e foi intensa.

Os Mandigas, Soninkés, Jalofos, Fulas, Felupes, Banhuns, Cassangas, Baiotes, Balantas, Brâmes, Papéis, Caboianas, Manjacos, Bijagós, Beafadas, Nalus, Pajandicas, saíram dos portos de Cabo Verde, Cacheu e Bissau; desembarcaram aos milhares em Belém e São Luís. Habitavam a região que os portugueses, a princípio, chamaram de “Rios da Guiné de Cabo Verde”, como se verifica nos relatos de

---

<sup>57</sup> LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: Uma História de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.98

<sup>58</sup> CURTIN, Philip D. *The Atlantic Slave Trade: a census*. Madison: University of Wisconsin Press, 1969, p.268.

<sup>59</sup> Ver os dados em HAWTHORNE, 2010 p. 52-53, SILVA, 2012, p.101 e BEZERRA NETO, 2012, p.60 e 100.

<sup>60</sup> LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: Uma História de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.98

<sup>61</sup>Autos de Inventários dos bens de José Lopes da Fonseca, ano, 1810. Tabelião Perdigão de Oliveira (Cartório Sarmento) Centro de Memória da Amazônia.

<sup>62</sup> Autos de Inventários dos bens de, Catharina Margarida de Jesus, ano, 1817. Tabelião Perdigão de Oliveira (Cartório Sarmento) Centro de Memória da Amazônia.

André Álvares de Almada<sup>63</sup> e Francisco de Lemos Coelho<sup>64</sup>. Esses viajantes evidenciaram em seus relatos, povos, culturalmente multifacetados.

Da África Central (região Congo- Angola) vieram os Congo, Benguela, Cabinda, Cabundá, Rebolo, Monjolo, Cassanje, Cabundá, Angola. Essas denominações é como parecem na documentação<sup>65</sup>, são os nomes atribuídos pelos traficantes de escravizados, são nomes de região, não são exatamente a denominação de grupos étnicos, como fora possível identificar nas pessoas vindas da Senegâmbia/Alta Guiné pois, a quantidade de africanos retirados do Sul do Atlântico e destinados as Américas foi numerosa, bem como os povos dessa região, que pertenciam a um tronco linguístico comum: os Banto<sup>66</sup>. Atualmente cerca de 400 grupos étnicos que falam línguas bantas.

Os Banto que vieram para o Brasil, foram basicamente aqueles/as embarcados nos navios, em portos de Luanda e do golfo do Benin. É preciso recobrar, que o volume de povos oriundos da região Congo-Angola foram expressivos no Pará. Tanto fora assim, que em fins do século XVIII, precisamente em 1794, a maioria dos escravizados chegados em Belém eram de Angola. Momento em que teria ocorrido um processo de “Angolização” do tráfico no Pará.<sup>67</sup>

Nas duas primeiras décadas do oitocentos ainda é possível identificar africanos que compunham a população cativa da região. O Inventário de 1836 do casal D. Inocêncio Rosa de Oliveira nos faz vislumbrar escravizados de primeira geração nas primeiras décadas do oitocentos.

**Tabela 1 - Escravos sexo masculino com a indicação de nação no Testamento do casal D. Inocêncio Rosa de Oliveira**

Denominação	Nome Do Escravo	Procedência	Idade	Valor (Estimado)
Cafuz	Antonio	Liana	40 anos	180\$000
Preto	Domingos	Nação Mina	45 anos	190\$000
Preto	Francisco	Cabo Verde	34 anos	180\$000
Preto	José	Nação Mandinga	50 anos	100\$000

<sup>63</sup> ALMADA, André Álvares de. *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde Feito pelo Capitão André Álvares d’Almada Ano de 1594*. Leitura, introdução e modernização do texto e notas de António Luís Ferronha. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

<sup>64</sup> COELHO, Francisco de Lemos. *Dois descrições seiscentistas da Guiné [1684]*. Manuscritos inéditos publicados com introdução e anotações históricas pelo acadêmico de nome Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1953.

<sup>65</sup> PALHA, Bárbara da Fonseca. *Escravidão de origem africana em Belém: um estudo sobre demografia, mestiçagem, trabalho e liberdade (c. 1750 - c. 1850)*. Tese Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. SILVA, Marley Antonia Silva da. *Nas Correntes do Atlântico Norte e Sul: Tráfico de escravizados para Belém do Grão-Pará (1777-1841)*. Tese Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. PASTANA, Andréa da Silva. *Em nome de Deus, amém!: mulheres, escravos, famílias e heranças através dos testamentos em Belém do Grão Pará na primeira metade do século XIX*. Belém, 2008.

<sup>66</sup> Sobre os cf: SILVA, Vagner Gonçalves da (org). *Através das águas: os bantu na formação do Brasil*. São Paulo: FEUSP, 2023.

<sup>67</sup> SILVA, Marley Antonia Silva da. *Nas Correntes do Atlântico Norte e Sul: Tráfico de escravizados para Belém do Grão-Pará (1777-1841)*. Tese Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. PASTANA, Andréa da Silva. *Em nome de Deus, amém!: mulheres, escravos, famílias e heranças através dos testamentos em Belém do Grão Pará na primeira metade do século XIX*. Belém, 2008, p. 105.

<b>Preto /crioulo</b>	Tito	-----	32 anos	<b>200\$000</b>
<b>Preto</b>	André	Nação Congo	31 anos	<b>200\$000</b>
-----	Inácio	Nação Congo	29 anos	<b>220\$000</b>
-----	João Antonio	Nação Benguela	40 anos	<b>200\$000</b>
-----	Serafim	Nação Congo	40 anos	<b>220\$000</b>
-----	João	Nação Angola	34 anos	<b>200\$000</b>
-----	Marcelo	Nação Angola	24 anos	<b>190\$000</b>
-----	Costodio	Nação Congo	24 anos	<b>240\$000</b>
-----	Cláudio	Nação Benguela	22 anos	<b>220\$000</b>
-----	Valério	Nação Congo	22 anos	<b>240\$000</b>
-----	Vitoriono	Nação Benguela	24 anos	<b>240\$000</b>
-----	Valentino	Nação Benguela	23 anos	<b>250\$000</b>
<b>Moleque</b>	Narciso	Nação Benguela	14 anos	<b>260\$000</b>
<b>Moleque</b>	Felizardo	Nação Congo	12 anos	<b>250\$000</b>
<b>Moleque</b>	Ângelo	Nação Benguela	12 anos	<b>200\$000</b>
	João	Nação Congo	28 anos	<b>150\$000</b>
	Germano	Nação Congo	26 anos	<b>200\$000</b>
<b>Molato</b>	<b>Antonio</b>	<b>Ceará</b>	<b>25 anos</b>	<b>260\$000</b>

Fonte: PASTANA, 2008, p.82-83<sup>68</sup>

Os bens do casal incluíam cerca de vinte e cinco escravizados. Esses trabalhadores cativos pertenciam a diferentes regiões africanas, assim como de grupos étnicos distintos. Na indicação de procedência, o documento indica nação Mina, Cabo Verde, Mandinga, Congo, Benguela, Angola.

No caso dos vinte e cinco escravizados que aparecem no inventário de D. Inocência Rosa de Oliveira. A maioria dos escravos aparecem com a sua denominação de nação, precisamente dezanove dentre os vinte e cinco, logo esse era um elemento importante. Francisco, de trinta e quatro anos de idade, é identificado como Cabo Verde e seu preço no inventário foi estimado em 180\$000; tendo a mesma idade, João da nação Angola era estimado em valor mais elevado: cerca de 200\$000. Sendo ambos homens e tendo a mesma idade, não sabemos se João da nação Angola poderia possuir habilidades no trabalho que justificariam um preço mais elevado que o de Francisco, mas, podemos aqui inferir que o pertencimento à nação pode ter influenciado na diferença de preço.

No inventário de D. Inocência Rosa de Oliveira, o aspecto da nação, aparece intimamente ligado ao lugar e ao porto de procedência, como forma de identificação, e menos articulado ao aspecto da identidade étnica (uma exceção como na indicação do preto José que é Mandiga); daí, há os que são Benguela, Congo, Cabo Verde, Mina, Ceará, e que são identidades, majoritariamente, que servem como indicativos dos portos que vieram – o caso do mulato Antonio e do cafuz Francisco, que vieram do Ceará, torna essa relação nação/lugar e origem/lugar de embarque mais nítida.

<sup>68</sup> PASTANA, Andréa da Silva. *Em nome de Deus, amém!: mulheres, escravos, famílias e heranças através dos testamentos em Belém do Grão Pará na primeira metade do século XIX*. Belém, 2008,

A maioria dos escravos descritos no inventário de D. Inocência Rosa de Oliveira pertenciam, predominantemente, a costa centro ocidental africana, como já havia pontuado Maia Bezerra Neto<sup>69</sup> ao mencionar que a diminuição de escravizados de primeira geração no Pará vão diminuindo sensivelmente ao longo da primeira metade do século XIX. Tendo nascido no Pará, ou em África e trazido ao Pará, a questão é que ter negros escravizados era sinal de riqueza e os testamentos revelam isso. A historiadora Andréa Pastana analisou 367 testamentos, todos da primeira metade do século XIX, e notou que desse universo 85,8% faziam referência ao negro. Foram as redes do tráfico que vitimaram esses africanos e os trouxeram à capitania/província do Grão-Pará.

### **Belém: ruas negras, cidade diversa nos séculos XVIII e XIX**

Parte dos escravizados recém-chegados ficava em Belém, geralmente comprados pelos moradores para desempenharem ofícios nas residências ou em outros locais de trabalho. Havia diversas experiências do trabalho de negros escravizados no espaço urbano de Belém, como demonstrou Vicente Salles (2005, pp. 203-210), um grande estudioso da escravidão no Pará, que a população afro diáspórica, atuou em atividades econômicas na condição de escravizado doméstico, de ganho e de aluguel.

Ao longo dos anos, a presença desses escravizados contribuiu para mudanças significativas nos dados demográficos da população de Belém. O número de habitantes das freguesias evidencia esse aumento. A parte urbana da cidade era composta por duas freguesias: Sé e Campina. Segundo Antônio Ladislau Monteiro Baena (2004, p.184), as duas freguesias durante o século XVIII somavam 1.953 casas, distribuídas entre 35 ruas.

As freguesias eram divididas pelo alagado do Piri, um empecilho natural que impedia o dilatamento do espaço habitado. De acordo com Guimarães (2006, p. 56), em 1803, as obras de drenagem do Piri foram iniciadas e findas cerca de um século depois. A organização espacial de Belém não mudou de forma significativa no período de 1750 a 1800, as freguesias principais da Sé e da Campinas continuavam delimitando o núcleo urbano de Belém, até meados do século XIX, empecilhos naturais como o alagado do Piri ainda impediam que o espaço habitado se dilatasse. Era este o ambiente citadino em que a população de origem africana vivenciou experiências diversas.

É importante evidenciar que a contagem da população no Pará, na primeira metade do século XVIII é irregular, sendo difícil trabalhar com dados relativos a este período. Os dados disponíveis que encontramos são todos posteriores a 1750. Nos documentos que evidenciam a população de Belém do Pará em 1777, 1783, 1789, os moradores eram classificados em três principais categorias: “pessoas livres em

---

<sup>69</sup>BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra no Grão-Pará: sécs. XVII-XIX*. Belém; Paka-Tatu, 2 edição, 2012 p. 102-103.

geral”, “índios aldeados ou estabelecidos em povoação” e “escravizados”. Essa forma de classificar, criou dificuldades para identificar a população indígena nas freguesias aqui apontadas. Senão há dúvidas de que os povos indígenas eram habitantes de Belém, estes certamente aparecem contabilizados juntamente com a população livre.

A documentação aqui mencionada criou categorias que impossibilitou a identificação dos indígenas, notadamente nos mapas de 1777, 1783, 1787; nos mapas populacionais posteriores isso muda, ficam mais detalhados na classificação e suas categorias. Nesses mapas populacionais apontados aqui, referente aos anos de 1777 e 1783, aparecem listados ainda nas freguesias da Sé e Campinas, os colonos que residiam temporariamente em Belém, que vieram de Mazagão Antigo, na África, para a vila nova de Mazagão (instalada no atual estado do Amapá). Após o século XVIII existe contagem populacional para 1821, vamos focar na segunda metade do século XVIII período que Belém se torna “enegrecida”, para o qual temos as contagens dos anos 1777 a 1797.

**Tabela 2 - População de Belém (1777-1797)**

Freguesia	Ano	Livres	Índios	Escravos	Total
Sé	1777	2.612	0	2.000	4.612
	1783	1.394	0	1.554	2.948
	1787 <sup>70</sup>	2.543	0	2.733	5.276
	1797	2.616	270	3.176	6.062
Campina <sup>71</sup>	1777	1.637	0	1.779	3.416
	1783	2.452	0	1.578	4.030
	1797	3.285	299	2.101	5.683

**Fonte:** AHU. Pará (Avulsos), cx: 76, doc.6368 (1777); SALLES, 2005: 96; AUGUSTO, 2007: 47-48.

As contagens populacionais das freguesias, expressas na tabela, deixam evidente que Belém como o principal núcleo urbano do estado do Grão Pará e Rio Negro foi durante parte do período colonial uma “cidade enegrecida”. É possível fazer essa afirmação, não só pelos dados da tabela que demonstram uma proporção sempre significativa de cativos em todos os anos.

Mas, também porque os estudos demográficos da população do Pará, como o de Márcia Melo (2015, p.236)<sup>72</sup> evidenciam que os mapas populacionais apontam para um crescente aumento da população cativa

<sup>70</sup> Para o ano de 1787 só temos dados para Sé. SALLES, op. cit., p. 96.

<sup>71</sup> No mapa de 1777 a freguesia da Campina aparece com o nome de “freguesia do Rosário na cidade”, inferimos tratar-se da Campina porque aparece logo abaixo da Sé, é a segunda mais populosa, a igreja do Rosário fica na Campina.

<sup>72</sup> MELLO, Marcia Eliane. *Contribuição para uma demografia do Estado do Grão -Pará e Maranhão, 1774–1821*. Anais de História de Além-Mar XVI (2015): 227–253. ISSN 0874-9671, p.236.

no período de 1774-1821. Dessa forma, considerando os 2.000 escravos na Sé e 1.779 na Campina, é possível, dentre outras análises, salientar que embora o fim do monopólio da CGCGPM ocorra em 1777, o tráfico continuava estável. Ele perdurou mantendo as médias nos anos subsequentes e permitia provavelmente a recomposição da população cativa dessas freguesias.

Os dados contidos na tabela que indica população de Belém de 1777-1797, nos fazem notar que a freguesia da Sé possuía contornos mais escravistas, os cativos são a maior parte de sua população. Por outro lado, a freguesia da Campina pós 1777 demonstra composição inversa à freguesia da Sé, onde o número de livres supera os números de escravos. Segundo Isabel Augusto (2007, p.57-67)<sup>73</sup>, a diferença entre as duas freguesias pautava-se no poder aquisitivo dos moradores. Na freguesia da Sé encontravam-se famílias mais abonadas, que certamente podiam adquirir escravos, enquanto na freguesia da Campina residia um número maior de pessoas livres pobres, com propriedades e produções menores (e conseqüentemente com menos poder de compra e menor número de cativos).

Os números populacionais das freguesias podem estar relacionados também com as mortes de negros pelas epidemias de varíola que assolaram a região na segunda metade do século XVIII. Essas mortes com certeza, contribuíram para a redução no número de escravos habitantes nas freguesias de Belém e impactaram diretamente nos dados demográficos da população paraense. Segundo Roberta Sauaia Martins (2014, p.16),<sup>74</sup> em 1777, uma epidemia de varíola ceifou “mais de mil e tantas pessoas” em Belém, sobretudo, índios e africanos.

Dessa maneira, mulheres, crianças, idosos, homens africanos e/ou nascidos no Grão-Pará estão representados por essas cifras expressivas de escravos, números que, aliás, não nos permitem mensurar dentre a população livre na tabela, quais e quantos eram africanos e seus descendentes. Sendo que com esses dados brutos não temos condições de afirmar quantos eram livres, mas sabemos que eles existiam.

Mesmo não sendo possível saber a quantidade de livres que compunham a população alvo de nosso enfoque, podemos afirmar que diversos deles (livres e cativos) circulavam nas ruas da antiga Belém, como veremos posteriormente a existência e a experiência deles nos espaços da cidade. Afinal, a população negra plasmava a sociedade do principal arranjo urbano do Pará Colonial nos idos de 1755 a 1800, como demonstrou os dados da tabela, a cidade era “enegrecida”, pois o número de escravos era representativo nas freguesias e com o passar dos anos essa proporção aumentou. No passado, assim como no presente, a presença da população afro.

---

<sup>73</sup> AUGUSTO, Isabel Teresa Creão. *Entre o ter e o querer: domicílio e vida material em Santa Maria de Belém do Grão-Pará (1808-1830)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campina, Campinas, 2007: 57-67.

<sup>74</sup> MARTINS, Roberta Sauaia. *Do Sarampão as perniciosíssimas bexigas: Epidemias no GrãoPará setecentista (1748-1800)*. Dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, Belém. 2017.

## **As vivências e as experiências de escravos no espaço urbano de Belém**

Como vimos, a presença africana no Pará ficou mais visível a partir da segunda metade do século XVIII com o estabelecimento da CGCGPM (1755-1778). Por decreto de Pombal, em 1751, Belém<sup>75</sup> tornou-se a capital do estado do Grão-Pará e Maranhão e configurava como um entreposto comercial na Amazônia.

Os escravizados chegados no porto de Belém tomaram diferentes rumos, uma parte direcionou-se para as áreas agrícolas e auríferas, e a outra parte, permaneceu na cidade para o desenvolvimento, sobretudo de atividades que não necessariamente estavam relacionadas com as experiências dos engenhos e das fazendas. Da mesma forma que em outros centros urbanos do Brasil, em Belém os trabalhos domésticos eram realizados, sobretudo, por escravos. Estes, segundo Vicente Salles (2005, p.205-212), formavam a criadagem das famílias ricas, e executaram tarefas em todas as repartições das casas, desde a sala até a cozinha.

A documentação do Santo Ofício<sup>76</sup> mostra casos de escravos que vivenciaram essas condições, como Marcelina Thereza, mulata, solteira, aparentava ter cerca de vinte anos de idade, escrava do Reverendo da Sé, Felipe Joaquim Rodrigues, desempenhava todas as tarefas de casa, filha da cativa preta Rosa Thereza.<sup>77</sup> O caso de Marcelina Thereza assemelha-se aos de muitas outras escravas, como a preta Maria Francisca, viúva, com idade de quarenta anos, residente à Rua Formosa, escrava do advogado Matheus Alves Martinz.<sup>78</sup> Outras personagens entram em cena, embora não sejam escravas ou africanas, tornam importante mencionar, pois são mulatas como, Ignez Maria de Jesus, solteira, com idade de aproximadamente cinquenta anos, costureira e rendeira, residente à Rua de São Vicente<sup>79</sup>, e Maria Fructuosa da Sylva, solteira, costureira, rendeira e engomadeira, com trinta e três anos de idade.<sup>80</sup>

Esses casos indicam várias mulheres – embora nem todas escravas ou africanas – atuando nas residências em Belém. Os trabalhos domésticos constituíram boa parte dos serviços feitos por escravos, mas, certamente que os trabalhos domésticos não se limitavam as casas, se estendiam também para fora, em diversos ofícios, como registra Vicente Salles (2005, p.205). O autor entende que os compreendiam além do interior das residências, ou seja, as ruas, os mercados e feiras.

Dessa maneira, os escravizados executam importantes serviços, para a manutenção da escravidão, dentre os quais, alguns acompanhavam e carregavam as senhoras nas redes até as igrejas, da mesma forma

---

<sup>75</sup> Com a formação do estado do Grão-Pará e Rio Negro, em 1772, Belém continuou sendo a capital do novo Estado na Amazônia.

<sup>76</sup> Parte da documentação da visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará está transcrita e impressa no Livro: LAPA, José Roberto do Amaral. *Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

<sup>77</sup> LAPA, 1978, p.141.

<sup>78</sup> LAPA, 1978, p. 141

<sup>79</sup> LAPA, 1978, p. 158.

<sup>80</sup> LAPA, 1978, p. 132.

para outros ambientes; fabricavam produtos para venderem, pode ser o caso de Joaquim Antônio, solteiro, da nação Angola, andava não raramente pelas ruas de Belém exercendo a função de vendedor de lenhas, pertencia a fazenda da família Serrão de Castro e morava com os filhos do seu falecido dono, Domingos Serrão de Castro no engenho da Boa Vista, freguesia da Sé.<sup>81</sup>

A venda de lenhas na cidade ou de outros produtos do engenho, certamente, consistia em uma prática comum entre os cativos da fazenda.<sup>82</sup> Ainda dentro dessa categoria, podemos entender a trajetória de Francisco da Costa Xavier, crioulo, cativo de Manoel Joaquim de Sousa Feio, com idade de vinte e três anos, solteiro exercia a função de sapateiro<sup>83</sup>. Dessa maneira, os afazeres domésticos possibilitavam os escravos deslocarem-se de uma área para outra e estreitava a relação entre senhor e o escravo (SALLES, 2005, p. 206.), questão que, sem dúvida, contribuía para a concessão de alforrias no submundo da escravidão.

Com relação às obras públicas<sup>84</sup>, vimos anteriormente que, o Peri constituía uma área alagada que foi aterrada em meados do século XVIII (BAENA, p. 1969, p.254). Por muito tempo, o lugar tornou um empecilho para o crescimento de Belém, sobretudo na época do inverno. Para os trabalhos dessa obra, em 1803 o governador do Pará, Marcos de Noronha Brito (Conde dos Arcos) em carta para o Mestre de Campo, José Manoel Seabra, relatava: “ontem soube que V. S<sup>a</sup> tinha mandado os seus escravos para o útil serviço de desaguamento do Peri, o que me dá bem a conhecer o seu desinteresse, apego e zelo pelo Real Serviço e de que eu muito louvo, e agradeço”.<sup>85</sup> Ainda no mesmo ano, provavelmente acerca de outra obra, Conde dos Arcos, em carta para o Ouvidor Geral, ordena que “todos os pretos, forros e mestiços que habitam nesta capital junto ao quartel do Regimento da cidade para ahi se lhes dar um destino indispensável ao Real Serviço”.<sup>86</sup>

Para os serviços de obras, como o desaguamento do Peri, com certeza, trabalhou bastante gente sem qualificação, que precisava empregar apenas braços para o andamento da obra, como ocorreu em outras construções e reparos na cidade. Mas houve casos de escravos que se especializaram ofício, pois, muitas obras exigiam também mão de obra qualificada em determinados ofícios.

O jesuíta Serafim Leite mostra que na relação dos trabalhadores das obras do colégio e da igreja do Pará em 1718 constavam índios e negros pertencentes a diversas fazendas matriculados para apreender os ofícios de pedreiro, ferreiro, carpinteiro, alfaiate, tecelão, classificados na categoria de oficiais mecânicos.<sup>87</sup>

---

<sup>81</sup> LAPA, 1978, p. 262.

<sup>82</sup> LAPA, 1978, p. 265.

<sup>83</sup> LAPA, 1978, Processo n° 719 –1771

<sup>84</sup> Os africanos e afro descendentes prestaram serviços em atividades ligadas as construções urbanas, sobretudo das Câmaras e das cadeias públicas das Vilas da Capitania do Grão-Pará. VERGOLINO-HENRY & FIGUEIREDO, 1990, p. 55.

<sup>85</sup> VERGOLINO,1990, p. 190.

<sup>86</sup> VERGOLINO-HENRY & FIGUEIREDO, 1990, p. 190.

<sup>87</sup> LEITE, Serafim S. I. *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1749-1760)*. Lisboa, Rio de Janeiro, 1953,p. 26.

Entretanto, podemos inferir que na segunda metade do século XVIII, com as transformações socioeconômicas que Belém passou, resultado das políticas pombalinas, certamente, houve a necessidade de mais trabalhadores especializados, sobretudo negros, para a construção e restauração de muitas outras obras, em especial igrejas, algumas sob os cuidados de Antônio José Landi, arquiteto italiano que teve notória participação na revitalização de obras arquitetônicas da Belém colonial.<sup>88</sup>

Entre os trabalhadores especializados, como já mencionados, havia muitos negros, que inclusive criaram estratégias para “controlar” a mão de obra especializada na cidade. É o que nitidamente aparece na documentação de um grupo de escravos e forros reunidos em 1796, na casa de um negro forro da cidade, lugar onde se encontravam muitos outros trabalhadores, que praticavam serviços especializados e buscavam criar estratégias para incluir menor número de concorrentes no mercado. Essa reunião preocupou Luís Pinto de Souza Coutinho, Secretário interino de Estado da Marinha e do Ultramar e dos negócios do Estrangeiro e Guerra. Ele escreve ao governador do Pará, em 1796, para acalmar os ânimos das autoridades de Belém, na missiva, Luís Coutinho destaca que essas pessoas “nenhum prejuízo podiam causar”.<sup>89</sup>

Os escravos trabalharam também nas fabricas de madeiras<sup>90</sup>, igualmente nos pequenos estaleiros, localizados às proximidades de Belém, para a fabricação de canoas e outros objetos. As principais cidades do litoral do Brasil possuíam pequenos estaleiros artesanais para a produção de canoas, barcos e reparos de grandes embarcações que adentravam a região. A construção de embarcações grandes no Brasil, segundo Goularti Filho (2011, p.312), deu-se com a fundação dos Arsenais da Marinha, que além de produzirem munições e armamentos, realizavam também obras civis e hidráulicas. A fundação do Arsenal do Pará ocorreu somente em 1761 na cidade de Belém. No ano da inauguração, Manoel Bernardo de Mello e Castro, até então governador do Pará solicita a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, escravos para os serviços do arsenal, como demonstra, um documento enviado para a metrópole: “mandar vir pretos para o presente serviço por conta da sua mesma Real Fazenda”.<sup>91</sup>

Em todo o período escravista, certamente, que os escravos em Belém trabalharam na condição de escravos de ganho e escravo de aluguel, características comuns as outras áreas urbanas do Brasil. Os escravizados sob o controle ou não, prestavam serviços nas ruas e em outros locais que garantiam o seu

---

<sup>88</sup> Algumas obras construídas ou restauradas em Belém na segunda metade do século XVIII: Igreja Nossa Senhora do Carmo, reconstruída em 1766, Igreja de São João Batista, reconstruída em 1772, Igreja de Nossa Senhora de Santana, construída em 1761. CRUZ, Ernesto. *Igrejas de Belém*. Belém: IHGP, IGB, IHGB e Academia Paraense de Letras: edição comemorativa do Sexto Congresso Eucarístico Nacional, 953.

<sup>89</sup> VERGOLINO-HENRY & FIGUEIREDO, 1990, p. 207

<sup>90</sup> É marcante a presença do negro nas fabricas de madeiras, que juntamente com indígenas constituiu mão de obra fundamental para o desenvolvimento da atividade. BATISTA, Regina Célia Correia. **Dinâmica populacional e atividade madeireira em uma vila da Amazônia: a vila de Moju (1730-1778)**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013. MENEZES, Maria de Nazaré Ângelo, GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. “Exploração de Madeiras no Pará: semelhanças entre as fábricas reais do período colonial e as atuais serrarias”. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, volume 15, nº 3, pp. 123-145, set/dez. 1998.

<sup>91</sup> VERGOLINO-HENRY & FIGUEIREDO, op. cit., p. 230-231.

sustento e também contribuía com as rendas extras aos senhores. Estes para lucrarem quase sempre alugavam os escravos para outras pessoas interessadas no uso da mão de obra. No Pará colonial, o negro que aparentasse um bom físico e gozasse de boa saúde, constituía um negócio valioso.

Na metade do século XVIII, a diária referente ao aluguel de um escravo correspondia a 300 reis. O bispo D. João de São José Queiroz, em 1770, obteve um escravo por 115\$000203 (SALLES, 2005, p.203). O escravo, nessa lógica escravista, estava sempre a disposição de seus senhores para todos os tipos de serviços, por isso era comum encontra-lo exercendo os mais diversos trabalhos nas ruas, nos mercados, nas feiras e não apenas ligado ao setor econômico.

Em Belém, igualmente no restante da colônia, o escravo teve importância na área da saúde. Entre os ofícios ligados a saúde, destacamos o de sangrador ou barbeiro-sangrador, como geralmente era chamado. João Vidal de São José, africano de nação Congo, exercia o ofício de sangrador, casado com Maria Izabel, africana, natural de Costa da Mina. Ambos escravos do capitão Joaquim Rodrigues Leitão, residiam à Rua dos Mercadores. Joao Vidal apresentava ter a idade de trinta anos, mais ou menos.

O curandeirismo foi outro ofício que se destacou na área da saúde, pronunciado, sobretudo, por escravos e usado no tratamento de diversas moléstias. Os serviços dos curandeiros foram largamente compartilhados e não necessariamente por falta de assistência (médicos ou remédios), mas por que tais práticas se aproximavam do mundo sócio cultural e religioso da maioria da população. No Pará, assim como em outras áreas do Brasil, prevaleceu um curandeirismo que incluía remédios, magias e religiosidade e fazia parte do cotidiano da população<sup>92</sup>, pois foi utilizado na cura de muitas doenças entre as quais a varíola, em períodos de epidemias.

Durante a *Visitação do Santo Ofício no Grão-Pará*, várias pessoas, sobretudo índios e africanos, foram acusadas de curandeiros e feiticeiros. Os interrogatórios nos possibilitam conhecer os diferentes rituais de cura que incorporam elementos da cultura indígena e africana, e que ainda hoje continuam presente na região amazônica. José, natural da Costa da Mina, bispado do Pará, residente na Rua de São Vicente, escravo de Manuel de Sousa, possuía como atividade a função de curandeiro.<sup>93</sup> Outros casos de curandeiros se destacam nos depoimentos do livro do Santo Ofício.

A documentação da visitação do Santo Ofício mostra ainda que, os escravos eram denunciados por práticas “mágico-religiosas”, de preferência índios e negros. Alguns casos sobressaem na documentação. Em 1763, Marcelina Thereza, mulata denunciou Maria Francisca, preta, viúva, com idade de quarenta anos,

---

<sup>92</sup> Para melhor conhecer a questão veja: DINIZ, Ariosvaldo da Silva. “*As artes de curar nos tempos de cólera*. Recife, 1856” In: CHALHOU, Sidney, MARQUES, Vera; SAMPAIO, Gabriela; Galvão Sobrinho, Carlos R. (orgs.) *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. FARIAS, Rosilene Gomes. Pai Manoel, o curandeiro africano, e a medicina no Pernambuco imperial. Hist. cienc. Saúde-Manguinhos, Dez. 2012, vol.19, suppl.1, p.215-231. SOUZA, Christiane Maria da Cruz de. ‘A gripe espanhola na Bahia de Todos os Santos: entre os ritos da ciência e os da fé’. *Dynamis*, v. 30, 2010, p.41-63.

<sup>93</sup> LAPA, 1978, Processo n° 212

residente à Rua Formosa, escrava do advogado Matheus Alves Martinz de cometer tais práticas. Várias pessoas presenciaram o ato cometido por ela, como o estudante João José de Lira Barros<sup>94</sup> e Pedro, preto, escravo do cônego Luiz Pereyra de Souza, que por ocasião do furto de seu dinheiro a denunciada teria realizado uma prática “mágico-religiosa” com o objetivo de descobrir o autor do furto.

No mesmo ano, Raymundo José de Bittencourt, Ajudante do Terço dos Auxiliares da Capitania do Rio Negro, de trinta e quatro anos de idade, morador ao pé da igreja de São João, freguesia da Sé, por estar doente, mandou o seu escravo preto Gracia, chamar a índia Sabina para realizar uma prática “mágico-religiosa”<sup>95</sup>. Ainda nesse ano, José, africano, nação Mandiga, mais de trinta anos de idade, solteiro, escravo de Manoel de Souza residente à rua de São Vicente, foi denunciado em dois processos por realizar práticas “mágico-religiosa”. Para o primeiro processo, o escravo José foi acusado por Manoel Francisco da Cunha por ensinar remédios para a cura de sua escrava, Maria, africana, de nação bujago.<sup>96</sup>

Para o segundo processo, algumas pessoas foram submetidas ao tratamento, como José Januário da silva (procurador de causas), morador na Rua São Matheus; João Baptista, morador ao pé do Rosário dos pretos; José Maria, solteiro, residente ao pé de Santo Antônio; Maria da Fe, habitante ao pé de Santo Antônio, Roda dos Enjeitados; Elias Caetano, proprietários de vários escravos; e outros moradores da cidade que submeteram aos tratamentos de cura com o escravo José.<sup>97</sup>

Com relação ao aspecto artístico, segundo Vicente Salles (2005, p.223), o negro foi incentivado a aprender músicas com o objetivo de constituir “chamelas” para apresentação nos dias festivos. A presença de negros no ofício de músico ficou visível, sem dúvida a partir da segunda metade do século XVIII, quando aparecem conjuntos instrumentais formados somente por escravos (SALLES, 1980, p.78). Caso por exemplo das comemorações referentes a ascensão de Maria I ao trono de Portugal, em 1777. Em durante Belém, em homenagem a coroação da rainha, o governador João Pereira Caldas, organizou uma festa que contou com a apresentação de uma orquestra de 13 músicos, formados por negros escravos. Todos os componentes, bem vestidos, usavam os seguintes instrumentos: tocador de timbales, trompas, rabecas, flautas e clarins (SALLES, 1980, p.78-79).

Os africanos que viviam na cidade participaram também na fundação de *irmandades* religiosas, entre as quais a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que constituía uma grande festa entre os negros. Como membros da irmandade, realizavam festas como a coraço do rei negro, que se semelhavam à congada praticadas em outras regiões do Brasil (SALLES, 1980, p.224). O cotidiano dos

---

<sup>94</sup> LAPA, 1978, p. 141-144.

<sup>95</sup> LAPA, 1798, p. 266-268.

<sup>96</sup> LAPA, 1798, p. 137-141.

<sup>97</sup> LAPA, 1978, p. 150-156.

escravos que circulavam diferentes ambientes em Belém era marcado por diversas experiências no mundo da escravidão.

A documentação registra algumas ações de escravos que perambulavam pelas ruas. O roubo de um ornamento da igreja de Belém, em 1773, por um escravo negro, que resultou na prisão do mesmo<sup>98</sup> não constituiu um caso isolado. Outros casos de roubos envolvendo negros são registrados na documentação do AHU.<sup>99</sup> O discurso sobre alforrias ganha lugar na documentação também, citamos o caso de Maria do Carmo e Apolinária de Moraes que lutaram alguns anos da década de 1770 por suas liberdades<sup>100</sup>. Da mesma forma que, outros escravos colocaram em pauta a questão da alforria, como Ana, que pertencia ao falecido Domingos da Costa Bacelar<sup>101</sup> e o mulato Raimundo, criado do capitão Luís Pereira da Cunha<sup>102</sup>.

Casos de escravos envolvidos em prisão, são conhecidos também na documentação, como o preto Francisco, natural da Bahia, pertencente a Manuel Joaquim Pereira de Sousa Feio, que se refugiara no convento de Nossa Senhora das Mercês, mas foi apreendido pelo mercador, Manuel Álvares Chaves.<sup>103</sup> Outros casos de prisão são assinalados nas fontes arquivistas<sup>104</sup>, da mesma forma, que fugas envolvendo escravos da cidade e de outras regiões, sobretudo vindos da Guiana Francesa.<sup>105</sup>

Contudo, para além das distintas experiências de trabalho, religiosidade, sociabilidade e fugas, queremos destacar que os negros eram moradores de Belém, sendo em alguns casos contabilizados como chefe de família, como é o caso de Maria Madalena, preta, forra, residente na freguesia da Sé, onde aparece como chefe de família, no ano de 1785; com ela moravam 14 pessoas, entre pretos e mulatos, todos convivendo na condição de forros.<sup>106</sup> Outro caso corresponde ao ano de 1796, sobre um grupo de escravos e forros encontrados reunidos na casa de um negro forro da Belém. Trata-se de trabalhadores, que desempenhavam atividades especializadas e buscavam impedir e discutiam estratégias, para que um número maior de trabalhadores pudesse concorrer com eles. Eram escravizados conhecidos por sua “expertiseza”. Esses negros tiveram suas lideranças mandadas à prisão<sup>107</sup>.

---

<sup>98</sup> AHU, Cx. 70, D. 6018. (Pará, 22/05/1773)

<sup>99</sup> AHU, Cx. 68, D. 5859. (Pará, 29/08/1772)

<sup>100</sup> AHU, Cx. 67, D. 5803. (Pará, 04/02/1772)

<sup>101</sup> AHU, Cx. 89, D. 7256. (Ant.20/11/ 1782)

<sup>102</sup> AHU, Cx. 89, D. 7238. (Pará, 18/09/1782)

<sup>103</sup> AHU, Cx. 66, D. 5716. (Pará, 23/02/1771)

<sup>104</sup> AHU, Cx. 78, D. 6512. (Post. 1777)

<sup>105</sup> AHU, Cx. 41, D. 3773. (Lisboa,28/06/1756) / AHU, Cx. 41, D. 3798. (Pará, 08/11/1756). Para maior informações sobre fugas de escravos envolvendo o Grão-Pará e a Guiana Francesa, consultar: GOMES, Flávio dos Santos. “Fronteiras e Mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira”. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.) *Nas terras do Cabo Norte: Fronteiras colonização e escravidão na Guiana Brasileira XVIII/ XIX*. Belém: Editora Universitária UFPA, 1999: 225-318.

<sup>106</sup> AUGUSTO, op. cit., p.67

<sup>107</sup> VERGOLINO-HENRY & FIGUEIREDO, op. cit., p. 207.

## **Memória e Reparação**

A Secretaria de Estado da Igualdade Racial e Direitos Humanos do – SEIRDH, ao construir o Memorial da Escravidão, colabora de forma sensível para a política pública de reparação. Segundo a Organização das Nações Unidas, o Tráfico Transatlântico de Escravizados, foi considerado um crime contra a humanidade. A memória da escravidão e do tráfico transatlântico fora largamente silenciada na região. A visita ao passado serve para redimensionar a vivência no presente e fornece elementos para elaborar um futuro, onde a cidadania das populações negras não seja interdita e sim, exercida plenamente.

A Secretaria de Estado da Igualdade Racial e Direitos Humanos do Pará promoverá um constante debate ligado a História Pública, ao construir um Memorial da Escravidão, garantindo por um lado um debate público sobre essa memória sensível, além de colaborar de forma significativa aos processos de patrimonialização material e imaterial de espaços de memória da escravidão e do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas.

A planta abaixo reúne a localização provável de locais importantes neste contexto de chegada das pessoas escravizadas no Ver-o-Peso e entorno, com destaque para o Pelourinho, pontos de comercialização, tributação e ponto de partida para outros deslocamentos para o interior do território amazônico e do Brasil.



**ESCALA**  
1:3.000

Sistema de coordenadas Planas  
Projeção: UTM  
Unidade: metros  
Datum: SIRGAS 2000

Base de dados: IBGE, ESRI Imagem, BNDigital

LEGENDA	
	Área aproximada do primeiro pelourinho
	Massa d'água
	Logradouros
	Município de Belém

  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
FACULDADE DE TECNOLOGIA  
EM GEOPROCESSAMENTO

Concepção e supervisão:  
Paulo Alves de Melo  
Elaboração:  
Kellem Cristina Prestes  
CREA-PA: 24473D PA

